

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026

Regulamenta o Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Município de Porangatu/GO.

A Prefeitura Municipal de Porangatu/GO, por meio de sua Prefeita Vanuza Primo de Araújo Valadares, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização do Concurso Público de provas para o provimento de vagas imediatas e para a formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal efetivo da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e das demais legislações pertinentes e em consonância com as normas estabelecidas no presente edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso público será regido por este Edital sob a responsabilidade da Universidade Federal de Goiás (UFG), por intermédio do Instituto Verbena/UFG, e da Comissão Especial do Concurso Público, designada pelo Decreto nº 215 de 24 de julho de 2024.

1.2 Integram o edital os anexos descritos no Quadro 1.

Quadro 1

Anexo	Título
I	Cronograma
II	Quadro de vagas
III	Laudo médico
IV	Conteúdo programático
V	Atestado Médico para o Teste de Aptidão Física (TAF)

1.3 A seleção para as vagas de que trata o edital compreende os cargos, o nível de escolaridade e o(s) tipo(s) de prova(s) especificada(s) no Quadro 2. A descrição das atividades dos cargos e seus requisitos estão disponibilizadas no Anexo II - Quadro de vagas.

Quadro 2

Cargo(s)	Nível de escolaridade	Tipo(s) de prova(s)
• Auxiliar de Saúde Bucal	Ensino fundamental	Prova objetiva
• Agente Comunitário de Saúde • Agente de Combate às Endemias	Ensino médio	Prova objetiva, Teste de Aptidão Física e Curso de Formação.
• Auxiliar de Farmácia • Técnico de Enfermagem	Ensino médio/técnico	Prova objetiva
• Educador Físico da Saúde	Ensino superior	Prova objetiva e Teste de Aptidão Física
• Assistente Social • Farmacêutico • Médico • Médico Veterinário • Nutricionista • Odontólogo • Pedagogo da Saúde • Psicólogo da Saúde • Terapeuta Ocupacional	Ensino superior	Prova objetiva

2. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

2.1 Da inscrição

2.1.1 A inscrição no concurso implica o pleno conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas no edital e nos demais instrumentos reguladores, inclusive da aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). Seus dados serão processados e divulgados para a execução do concurso conforme os princípios da publicidade e transparência da administração pública.

2.1.2 A inscrição será realizada exclusivamente no endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br>, no Portal do(a) candidato(a) no prazo previsto no cronograma (Anexo I).

2.1.2.1 O valor da inscrição será de:

- a) R\$ 100,00 (cem reais) para os cargos com nível de escolaridade ensino fundamental;
- b) R\$ 130,00 (cento e trinta reais) para os cargos com nível de escolaridade ensino médio/técnico;
- c) R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para os cargos com nível de escolaridade ensino superior.

2.1.3 Para efetuar a inscrição, o(a) candidato(a) deverá:

- a) acessar o endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br> a partir da data de abertura de inscrição até às 17h00 (horário oficial de Brasília/DF) do último dia do prazo previsto no cronograma (Anexo I);
- b) preencher todos os campos do formulário de inscrição, conferir os dados digitados e confirmá-los;
- c) gerar o comprovante de inscrição, esse comprovante é o documento que certifica ao(à) candidato(a) a efetivação, no sistema do Instituto Verbena/UFG, da solicitação de inscrição com seus respectivos dados;
- d) gerar o boleto e, após o registro pelo sistema bancário, efetuar o pagamento, mesmo que a data limite coincida com dias não úteis, exceto o(a) candidato(a) beneficiado(a) com a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.3.1 O(A) candidato(a) poderá realizar inscrições para mais de um cargo, sendo de sua responsabilidade a verificação da compatibilidade de horário de realização das provas. O(A) candidato(a) deve estar atento(a) às situações previstas no item “Da homologação da inscrição”.

2.1.3.2 A inscrição para o concurso, bem como a emissão do boleto serão encerradas às 17h00 do último dia de inscrição, conforme cronograma (Anexo I).

2.1.3.3 O Instituto Verbena/UFG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou de outros fatores, os quais impossibilitem a transferência dos dados.

2.1.3.4 O(A) candidato(a) poderá participar do concurso em mais de uma opção de participação, desde que observe os procedimentos estabelecidos nos itens “Da participação como candidato com deficiência” e “Das vagas reservadas ao candidato negro”.

2.1.4 Em caso de erro nos dados cadastrais, o(a) candidato(a) poderá atualizá-los em seu cadastro até o encerramento do período de inscrições, exceto nome e CPF, que não podem ser alterados diretamente no sistema. Para esses casos, bem como para quaisquer correções após o término do período de inscrições, o(a) candidato(a) deverá entrar em contato com o Instituto Verbena/UFG pelo e-mail <candidato.iv@ufg.br> para receber informações sobre os procedimentos de correção.

2.1.5 As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), sendo direito do Instituto Verbena/UFG eliminar do concurso o(a) candidato(a) que fornecer dados comprovadamente inverídicos, mesmo que já aprovado(a), resguardada a ampla defesa e o contraditório.

2.1.6 O(A) candidato(a) deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição somente após certificar-se de que preencheu corretamente todos os dados do formulário, de que possui os documentos comprobatórios para satisfação das condições exigidas para ingresso no cargo e que o boleto esteja dentro do prazo de validade, uma vez que não haverá devolução do valor pago, exceto em caso de cancelamento do certame pela Administração Pública ou pelo Instituto Verbena/UFG.

2.1.7 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa de inscrição em qualquer circunstância.

2.1.8 O boleto com a autenticação mecânica ou com o comprovante original de pagamento bancário anexado, efetuado até a data limite do vencimento, serão os únicos comprovantes de pagamento aceitos.

2.1.8.1 Compete ao(à) candidato(a) a impressão e a guarda do seu comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.8.2 Não serão aceitos pagamentos de taxa de inscrição efetuados por depósito em caixa eletrônico, transferência eletrônica, agendamento de pagamento, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional, extemporâneo ou por qualquer outra forma que não a especificada no edital.

2.1.9 São de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) as eventuais implicações do pagamento de taxa de inscrição efetuado, sobretudo no último dia do prazo, em terminal de autoatendimento bancário, pela internet ou correspondente bancário.

2.1.10 É vedada a inscrição condicional, a extemporânea, solicitada por e-mail e/ou via postal.

2.2 Da isenção do pagamento da taxa de inscrição

2.2.1 Haverá isenção do pagamento da taxa de inscrição somente para o(a) candidato(a) que atender o disposto na Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, nas hipóteses descritas a seguir:

- a)** candidatos(as) que pertençam à família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional;
- b)** candidatos(as) doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

2.2.1.1 Para os(as) candidatos(as) isentos(as), a homologação ocorrerá após o encerramento das inscrições, uma vez que o(a) candidato(a) poderá realizar nova inscrição.

2.2.2 Candidato(a) pertencente à família inscrita no CadÚnico

2.2.2.1 O(A) candidato(a) que solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição pelo critério de inscrição no Cadastro Único deverá, ao realizar a solicitação:

- a)** ter inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), de que trata o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022;
- b)** ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022;
- c)** indicar o número de identificação social (NIS), atribuído pelo Cadastro Único.

2.2.2.2 O(A) candidato(a) que solicitar isenção via Cadastro Único não deverá enviar qualquer documentação, pois o Instituto Verbena/UFG consultará o órgão gestor do Cadastro Único para verificar os dados do(a) candidato(a), bem como a veracidade das informações prestadas.

2.2.3 Candidato(a) doador(a) de medula óssea

2.2.3.1 O(A) candidato(a) que solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição pelo critério de doação de medula óssea deverá, ao realizar a solicitação:

- a)** fazer upload da documentação que comprove a doação da medula óssea, na página de solicitação de isenção de inscrição, conforme instruções contidas na própria página.

2.2.3.2 Será considerado, para comprovação de que o(a) candidato(a) é doador(a) de medula óssea, o documento expedido pela unidade coletora que deverá estar assinado pela autoridade competente, constando a qualificação civil do(a) doador(a), a data de realização da doação e a cópia da inscrição do(a) candidato(a) no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME).

2.2.3.3 Não será considerado como comprovante de doação de medula óssea o simples cadastro realizado com a coleta de amostra de sangue do(a) candidato(a) no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME).

2.2.4 Os arquivos enviados no ato da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição deverão estar legíveis, no formato PDF e ter tamanho máximo de 5 MB.

2.2.5 O Instituto Verbena/UFG poderá solicitar, a qualquer tempo, os originais dos comprovantes anexados no ato da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição.

2.2.6 A solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição deve ser realizada no prazo previsto no cronograma (Anexo I).

2.2.7 A solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição por si só não implica na realização automática da inscrição no concurso, devendo o(a) candidato(a) efetuar a inscrição conforme o subitem 2.1.3.

2.2.8 A isenção do pagamento da taxa de inscrição será válida para o CPF do(a) candidato(a), desde que as inscrições sejam compatíveis em relação ao horário de aplicação das provas. Caso contrário, será homologada apenas a inscrição mais recente, realizada dentro do período estabelecido no Cronograma (Anexo I).

2.2.9 Caso o(a) candidato(a) precise complementar ou substituir a documentação anexada no ato da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, deverá fazer nova solicitação de isenção e anexar todos os documentos necessários novamente. Não será aceita a entrega de versão impressa dos comprovantes, bem como o seu encaminhamento via e-mail ou qualquer outro formato que não seja o upload.

2.2.10 Será indeferida a solicitação de isenção cujos dados estejam incompletos, incorretos e/ou que não atendam às normas dispostas no edital.

2.2.11 As informações apresentadas no formulário de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), podendo o Instituto Verbena/UFG, em caso de constatação de documentação não verídica, eliminar do concurso o(a) candidato(a), o(a) qual ainda responderá por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

2.2.12 Os resultados preliminar e final do requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição serão publicados nas datas previstas no cronograma (Anexo I).

2.2.13 O(A) candidato(a) não contemplado(a) com a isenção do pagamento da taxa de inscrição, caso tenha interesse em participar do concurso, poderá acessar o Portal do(a) candidato(a), gerar o boleto bancário, conforme prazo previsto no cronograma (Anexo I) e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no prazo previsto no boleto bancário.

2.3 Da opção pelo uso do nome social

2.3.1 De acordo com o Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016 e a IN/MGI nº 54, de 29 de agosto de 2024, a pessoa candidata travesti, transexual ou transgênera que desejar atendimento pelo nome social durante a realização do certame poderá solicitar a inclusão do nome social. Para isso, a pessoa candidata deverá informar o nome social no momento do cadastro, realizar o download do Requerimento para Inclusão do Nome Social, disponível no formulário de cadastro de informações pessoais, e enviá-lo para o e-mail < candidato.iv@ufg.br >.

2.3.2 O Instituto Verbena/UFG reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.

2.3.3 As publicações referentes às pessoas candidatas que solicitarem o uso do nome social serão realizadas de acordo com o nome social informado.

2.4 Da homologação da inscrição

2.4.1 Efetuada a inscrição, os dados informados pelo(a) candidato(a) ficarão disponíveis para consulta, conferência e acompanhamento no Portal do(a) candidato(a).

2.4.1.1 Compete ao(à) candidato(a), após o pagamento da taxa de inscrição ou a concessão de sua isenção, acompanhar, por meio do Portal do(a) candidato(a), a confirmação de sua inscrição, verificando a regularidade da inscrição. Tal confirmação será realizada após a resposta da rede bancária quanto ao pagamento do boleto bancário, bem como após o encerramento das inscrições para os(as) candidatos(as) isentos(as), uma vez que o(a) candidato(a) poderá realizar nova inscrição.

2.4.2 Para fins de impressão e publicação dos resultados, serão considerados os dados do cadastro de informações pessoais realizado pelo(a) candidato(a) até a homologação das inscrições, conforme data prevista no cronograma (Anexo I).

2.4.3 A inscrição será homologada somente após a compensação do pagamento da taxa de inscrição pela rede bancária, procedimento que poderá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis.

2.4.4 O(A) candidato(a) que efetuar mais de um pagamento da taxa de inscrição, para o mesmo cargo ou para cargos diferentes com realização de provas no mesmo horário, ficará homologado(a) no cargo que corresponde à inscrição mais recente com pagamento realizado. Da mesma forma, o(a) candidato(a) beneficiado(a) com isenção do pagamento da taxa de inscrição que realizar mais de uma inscrição, para o mesmo cargo ou para cargos diferentes com realização de provas no mesmo horário, será homologado(a) no cargo que corresponde à inscrição mais recente, sendo desconsiderada(s) a(s) outra(s), ainda que tenha realizado algum pagamento.

2.4.4.1 O(A) candidato(a) que efetuar mais de um pagamento da taxa de inscrição, para o mesmo cargo ou para cargos diferentes com incompatibilidade de horário de realização de provas, não terá direito à devolução dos valores pagos em nenhuma hipótese.

2.4.5 As inscrições serão analisadas pelo Instituto Verbena/UFG, sendo indeferidas aquelas que não estiverem de acordo com as condições estabelecidas no edital.

2.4.6 Os resultados preliminar e final das inscrições homologadas serão publicados nas datas previstas no cronograma (Anexo I).

3. DA PARTICIPAÇÃO COMO CANDIDATO(A) COM DEFICIÊNCIA

3.1 As pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as vagas previstas e para as que vierem a ser criadas no prazo de validade do concurso, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência, nos termos do inciso VIII, do art. 37, da Constituição Federal, da Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 e alterações, e da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, com todas as suas alterações.

3.2 Fica reservado às pessoas com deficiência o quantitativo de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para o provimento de cargos efetivos e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso.

3.3 Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou para o número inteiro imediatamente inferior, no caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

3.4 É considerada pessoa com deficiência aquela que se enquadrar no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações posteriores, no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), no art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015, na Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021 (visão monocular), no art. 1º da Lei Federal nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023 (deficiência auditiva) e no art. 1º-C da Lei Federal nº 14.705, de 25 de outubro de 2023, incluído pela Lei Federal nº 15.176, de 23 de julho de 2025 (pessoa com fibromialgia).

3.5 A pessoa com deficiência, resguardados os direitos previstos na forma da lei, participará do concurso em

igualdade de condições com os(as) demais candidatos(as), no que se refere ao conteúdo da prova, aos critérios de avaliação, ao horário, à data e ao local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para aprovação.

3.6 Para concorrer como pessoa com deficiência, antes de se inscrever, o(a) candidato(a) deverá acessar o endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br>, imprimir o formulário do laudo médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) e solicitar a um(a) médico(a) que o preencha, conforme as instruções descritas no subitem 3.13.

3.6.1 A documentação destinada à caracterização da deficiência poderá ser apresentada até o final do período de inscrições do certame.

3.7 Para concorrer a uma das vagas reservadas, no ato de sua inscrição, o(a) candidato(a) deverá:

a) declarar-se pessoa com deficiência, nos termos da legislação vigente, e manifestar que deseja concorrer como candidato(a) com deficiência;

b) assinalar o tipo de deficiência;

c) enviar, via upload, a documentação caracterizadora da deficiência, devidamente preenchida pelo(a) médico(a).

3.7.1 Os arquivos referidos na alínea “c” deverão estar legíveis, no formato PDF e ter tamanho máximo de 5 MB.

3.8 O Instituto Verbena/UFG não se responsabilizará por solicitação não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, arquivos corrompidos e/ou ilegíveis, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores.

3.9 O(A) candidato(a) que se declarar com deficiência no ato da inscrição e não anexar a documentação caracterizadora da deficiência participará somente da opção ampla concorrência, e não poderá, posteriormente, alegar essa condição para reivindicar qualquer garantia legal no concurso.

3.10 Caso o(a) candidato(a) inscrito(a) como pessoa com deficiência não cumpra os procedimentos descritos no edital, mas também seja optante para concorrer às vagas reservadas para negros(as), continuará participando na opção de vagas reservadas para negros(as), observadas as normas constantes do item 5.

3.11 O(A) candidato(a) que não assinalar a opção de concorrer como pessoa com deficiência ou não cumprir os procedimentos descritos no edital perderá o direito de concorrer à vaga reservada e, conseqüentemente, concorrerá apenas à vaga da opção ampla concorrência, observado o subitem 3.10.

3.12 Após a investidura no cargo, a deficiência declarada no ato da inscrição não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria, ou remoção por motivo de saúde do(a) servidor(a), salvo casos excepcionais de agravamento imprevisível da deficiência, os quais impossibilitem a permanência do(a) servidor(a) em atividade.

3.13 Da documentação caracterizadora da deficiência

3.13.1 A documentação caracterizadora da deficiência deverá ser emitida em formulário próprio (preferencialmente no modelo do Anexo III), obedecendo às seguintes exigências:

a) constar o nome e o número do documento de identificação do(a) candidato(a), bem como o nome, o número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e a assinatura do(a) médico(a) responsável pela emissão do laudo;

b) descrever o tipo, o grau e/ou o nível de deficiência, bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 11);

c) constar, quando for o caso, a necessidade do uso de próteses ou adaptações;

3.13.2 A análise da documentação caracterizadora da deficiência é um procedimento necessário para homologar a inscrição do(a) candidato(a) como pessoa com deficiência (PcD), garantindo que o documento possua as informações necessárias para a avaliação biopsicossocial que será realizada durante o concurso, na data prevista no Cronograma (Anexo I).

3.13.3 Poderá ser utilizado como documentação caracterizadora da deficiência o relatório de avaliação biopsicossocial da deficiência.

3.13.3.1 Sem prejuízo do disposto no subitem 3.7, o(a) candidato(a) poderá informar, durante o período de inscrições do certame, o reconhecimento administrativo prévio da deficiência, encaminhando documentação expedida por órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.

3.13.4 Em caso de indeferimento após análise da documentação caracterizadora da deficiência (preferencialmente no modelo do Anexo III) pelo descumprimento do edital, o(a) candidato(a) concorrerá apenas à vaga da ampla concorrência (caso não tenha optado por concorrer às outras opções de participação) e não será convocado(a) para a realização da avaliação biopsicossocial.

3.14 Da avaliação biopsicossocial

3.14.1 A avaliação biopsicossocial será realizada por meio de análise documental. Excepcionalmente, quando houver dúvida quanto à documentação caracterizadora da deficiência, será realizada a avaliação biopsicossocial presencial no município onde a vaga é ofertada.

3.14.1.1 A avaliação presencial da deficiência, destinada à verificação das informações declaradas pelo(a)

candidato(a) no momento da inscrição, poderá ser realizada com o uso de tecnologia de telemedicina, mediante concordância expressa do(a) candidato(a) no ato da inscrição e a critério da equipe multiprofissional e interdisciplinar responsável pela avaliação.

3.14.1.2 A equipe multiprofissional e interdisciplinar será composta por, no mínimo, um(a) profissional da área médica e um(a) profissional de outra área da saúde, podendo ser acrescidos profissionais de gestão de pessoas ou áreas correlatas, conforme a necessidade da avaliação.

3.14.2 O(A) candidato(a) que concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e/ou que solicitar tempo adicional será convocado(a) para submeter-se à avaliação biopsicossocial presencial, excepcionalmente quando houver dúvida quanto à documentação caracterizadora da deficiência, objetivando verificar se a deficiência declarada pelo(a) candidato(a) no momento da inscrição se enquadra na legislação vigente.

3.14.3 A convocação para a avaliação biopsicossocial, tanto documental quanto presencial, do(a) candidato(a) que optar por concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e/ou solicitar tempo adicional será publicada no endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br>, na data prevista no Cronograma (Anexo I), sendo de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) consultar essa informação, visto que não será enviada correspondência individualizada.

3.14.3.1 O(A) candidato(a) deve observar a data prevista no Cronograma (Anexo I) para realizar o upload dos documentos listados no subitem 3.15.1 para a avaliação biopsicossocial documental.

3.14.3.2 Na convocação da avaliação biopsicossocial presencial constará o horário e o local de sua realização, conforme data prevista no Cronograma (Anexo I).

3.14.3.3 Para os cargos com uma etapa, serão convocados(as) para a avaliação biopsicossocial candidatos(as) em quantidade equivalente a 3 (três) vezes o número de vagas reservadas às pessoas com deficiência previstas no edital, ou 5 (cinco) candidatos(as), o que for maior, resguardadas as condições de aprovação estabelecidas no edital do concurso.

3.14.3.3.1 No caso dos cargos com duas ou mais etapas, todos(as) os(as) candidatos(as) aprovados(as) nas respectivas etapas dos cargos pleiteados serão convocados(as) para a avaliação biopsicossocial.

3.15 Dos documentos exigidos para a avaliação biopsicossocial

3.15.1 Na ocasião da avaliação biopsicossocial documental o(a) candidato(a) deverá realizar o upload dos documentos na data prevista no Anexo I (Cronograma). Na ocasião da avaliação biopsicossocial presencial o(a) candidato(a) deverá apresentar fisicamente na data prevista no Anexo I (Cronograma) toda a documentação acompanhada de cópias. Os documentos exigidos são: o documento de identificação original previsto no subitem 6.1, os originais da documentação caracterizadora da deficiência e ainda:

a) para pessoa com deficiência auditiva, a documentação caracterizadora da deficiência (preferencialmente no modelo do Anexo III) deverá ser acompanhada do original do exame de audiometria;

b) para pessoa com deficiência intelectual, a documentação caracterizadora da deficiência (preferencialmente no modelo do Anexo III) deverá ser acompanhada do original do teste de avaliação cognitiva (intelectual), especificando o grau ou o nível de funcionamento intelectual em relação à média, emitido por psicólogo(a) e/ou médico(a) psiquiatra;

c) para pessoa com deficiência visual, a documentação caracterizadora da deficiência (preferencialmente no modelo do Anexo III) deverá ser acompanhada do original do exame de acuidade visual, patologia e campo visual recente em ambos os olhos (AO);

d) para pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a documentação caracterizadora da deficiência (pode ser usado o modelo do Anexo III) possui prazo de validade indeterminado, podendo ser assinado por profissional da área da saúde devidamente habilitado nos termos da lei.

3.15.1.1 Após realização da avaliação biopsicossocial, os documentos originais serão devolvidos, exceto as cópias da documentação caracterizadora da deficiência e dos exames exigidos, que ficarão retidos pelo Instituto Verbena/UFG. O(A) candidato(a) que não levar as cópias terá retido os originais desses documentos.

3.15.1.2 Havendo necessidade, por ocasião da avaliação biopsicossocial, poderão ser solicitados ao(à) candidato(a) exames complementares.

3.15.1.3 Após análise clínica do(a) candidato(a) e das documentações apresentadas, será emitido parecer fundamentado e específico em relação aos motivos de deferimento ou indeferimento da condição do(a) candidato(a).

3.15.2 No caso de o(a) candidato(a) não ser considerado(a) pessoa com deficiência pela equipe multiprofissional nos termos definidos no subitem 3.4 ou não comparecer à avaliação biopsicossocial no dia e horário determinados, ou não realizar o upload da documentação caracterizadora da deficiência no prazo previsto no Cronograma (Anexo I), mesmo que justificado, passará a concorrer apenas às vagas da ampla concorrência.

3.15.3 Não haverá segunda chamada ou realização de avaliação biopsicossocial fora da data, do horário e do local predeterminados pelo Instituto Verbena/UFG.

3.15.4 A perda do direito às vagas reservadas do(a) candidato(a) que não for considerado(a) pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial não enseja o dever de convocar suplementarmente candidatos(as) não convocados(as) inicialmente.

3.15.5 Será eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que tiver deferido seu pedido de tempo adicional e a equipe multiprofissional concluir que ele(a) não se enquadra nas definições de pessoa com deficiência ou de pessoa diagnosticada com Dislexia, com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Também será eliminado(a) do concurso aquele(a) candidato(a) que tiver deferido seu pedido de tempo adicional para fazer a prova e que não comparecer à avaliação biopsicossocial, no dia e horário determinados, ou não realizar o upload da documentação caracterizadora da deficiência no prazo previsto no Cronograma (Anexo I).

4. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS (TRATAMENTO DIFERENCIADO) PARA REALIZAR AS PROVAS

4.1 O(A) candidato(a) com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, com transtornos funcionais, temporariamente acometido(a) por problema de saúde, que desejar condição especial para realizar as provas, tais como leitor de prova, prova ampliada, leitor de tela, aplicador para preencher o cartão-resposta, sala individual ou com número reduzido de candidato(as), excluindo-se o atendimento domiciliar, deverá, no ato da inscrição:

a) solicitar condições especiais para realizar as provas;

b) preencher, no momento da inscrição, o requerimento de condições especiais para a realização das provas;

c) enviar, via upload, a documentação caracterizadora da deficiência ou atestado médico que comprove sua condição, sendo aceito: laudo preenchido por médico(a) ou por profissional especializado inscrito no respectivo conselho profissional, ou atestado médico que informe o problema de saúde, ou o grau da doença ou enfermidade do(a) candidato(a). Os arquivos deverão estar legíveis, no formato PDF e ter tamanho máximo de 5 MB.

4.1.1 No caso de solicitação especial que envolva a utilização de recursos tecnológicos, no dia de aplicação de prova, poderá ser disponibilizado atendimento alternativo, observadas as condições de viabilidade e razoabilidade.

4.1.2 Em caso de solicitações de condições especiais que não possam ser atendidas simultaneamente, o Instituto Verbena/UFG se reserva o direito de definir qual delas será priorizada.

4.2 Do tempo adicional

4.2.1 O(A) candidato(a) com deficiência, diagnosticado(a) com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e/ou Dislexia poderá solicitar tempo adicional de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos para realizar a prova, devendo, no ato da inscrição:

a) solicitar o tempo adicional;

b) enviar, via upload, a documentação caracterizadora da deficiência ou atestado médico, devidamente preenchido pelo(a) médico(a) ou por profissional especializado inscrito no respectivo conselho profissional, no qual deverá estar expressa, detalhadamente, a justificativa para a concessão dessa condição especial e para quais provas/etapas o tempo adicional é necessário para o(a) candidato(a). Os arquivos deverão estar legíveis, no formato PDF e ter tamanho máximo de 5 MB.

4.2.2 O(A) candidato(a) que não apresentar a documentação caracterizadora da deficiência ou atestado médico com a justificativa para concessão do tempo adicional ou aquele(a) que apresentar documentação na qual o(a) médico(a) descreve que o(a) candidato(a) não necessita desse tempo, terá o pedido indeferido.

4.2.3 O(A) candidato(a) que, no ato da inscrição, não solicitar tempo adicional terá sua vontade respeitada, mesmo que prescrita na documentação caracterizadora da deficiência ou atestado médico a necessidade desse tempo.

4.2.4 A concessão ao(à) candidato(a) do direito de tempo adicional, bem como a opção do(a) candidato(a), no ato da inscrição, de concorrer como pessoa com deficiência, por si só, não garantem confirmação dessa condição.

4.2.5 Será eliminado(a) do certame o(a) candidato(a) que tiver deferido seu pedido de tempo adicional e a equipe multiprofissional concluir que ele(a) não se enquadra nas definições de pessoa com deficiência ou de pessoa diagnosticada com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e/ou Dislexia. Também será eliminado(a) do certame aquele(a) candidato(a) que tiver deferido seu pedido de tempo adicional e que não comparecer à avaliação biopsicossocial, no dia e horário determinados ou não realizar o upload da documentação caracterizadora da deficiência no prazo previsto no Cronograma (Anexo I).

4.3 O(A) candidato(a) que apresentar algum comprometimento de saúde (recém-acidentado(a), recém-operado(a), acometido(a) por alguma doença), após o término das inscrições, e necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá imprimir e preencher o requerimento de condições especiais, de acordo com as instruções contidas, disponível no Portal do(a) candidato(a), acompanhado do atestado médico original, e enviar

para o e-mail <logistica.iv@ufg.br> até 72 (setenta e duas) horas antes do início da realização das respectivas provas.

4.4 A solicitação de condições especiais será atendida mediante análise prévia do grau de necessidade, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

4.5 A candidata lactante que necessitar amamentar criança de até 1 (um) ano de idade durante a realização da prova deverá preencher o requerimento de condições especiais no ato da inscrição.

4.5.1 Caso a necessidade referida no subitem anterior surja após o término das inscrições, a candidata deverá acessar o Portal do(a) candidato(a), imprimir o requerimento de condições especiais, preencher e enviar para o e-mail <logistica.iv@ufg.br> até 72 (setenta e duas) horas antes do dia de realização da prova.

4.5.2 A candidata terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos. Os intervalos serão computados a partir do horário de início das provas, sendo devolvido à candidata o tempo em que ficou em amamentação.

4.6 A candidata lactante deverá anexar ao requerimento de condições especiais cópia do documento de identificação do(a) acompanhante, nos termos do subitem 6.1 deste edital, que ficará responsável pela guarda da criança durante a realização da prova.

4.6.1 O(A) acompanhante, maior de 18 (dezoito) anos, responsável pela guarda da criança somente terá acesso ao local da prova mediante a apresentação do original do documento de identificação.

4.6.2 A candidata que comparecer com a criança sem levar acompanhante não poderá realizar a prova, bem como o(a) acompanhante não poderá comparecer com criança ao local de prova após o fechamento dos portões.

4.7 Será considerado, para efeito de resposta ao pedido de condição especial para realização da prova, o requerimento de condições especiais cuja data seja a mais recente, sendo desconsiderados os anteriores.

4.8 O resultado da solicitação de condições especiais para o(a) candidato(a) que fizer a solicitação online até o último dia das inscrições será divulgado no Portal do(a) candidato(a)/Requerimento, exclusivamente para o(a) candidato(a), conforme o período previsto no cronograma (Anexo I).

4.8.1 Os(As) candidatos(as) que solicitarem condições especiais após o período de inscrições, nos termos deste edital, obterão a resposta diretamente do Instituto Verbena/UFG pelo e-mail <logistica.iv@ufg.br>.

4.9 O(A) candidato(a) que solicitar condição especial e não realizar o upload da documentação exigida, quando a solicitação ocorrer no ato da inscrição, ou não enviar a documentação exigida na forma prevista no edital, quando se tratar de solicitação posterior ao encerramento das inscrições, terá o pedido indeferido e não poderá realizar a prova em caráter especial.

4.10 Caso o(a) candidato(a) não tenha solicitado condições especiais previamente, ele(a) realizará a prova em igualdade de condições com os(as) demais candidatos(as), não sendo concedido qualquer atendimento especial.

4.11 Considerando a possibilidade de os(as) candidatos(as) serem submetidos(as) à inspeção por detector de metais durante a realização das provas, aqueles que façam uso de marcapasso, pinos cirúrgicos, tornozadeira eletrônica ou quaisquer outros dispositivos metálicos que possam ser identificados pelo detector deverão comunicar a situação por meio do e-mail <logistica.iv@ufg.br> até 72 (setenta e duas) horas antes do dia de realização da prova. Esses(as) candidatos(as) deverão comparecer ao local de provas munidos de exames, laudos ou documentação comprobatória equivalente que comprovem o uso de tais equipamentos ou a necessidade de sua utilização.

4.12 Serão adotadas todas as providências que se façam necessárias para permitir aos(às) candidatos(as) com deficiência e àqueles(as) que requereram condições especiais fácil acesso aos locais de realização das provas, sendo de responsabilidade do(a) candidato(a) trazer os equipamentos e instrumentos imprescindíveis à realização das provas, previamente autorizados pelo Instituto Verbena/UFG.

5. DAS VAGAS RESERVADAS AO(À) CANDIDATO(A) NEGRO(A)

5.1 Às pessoas autodeclaradas negras que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas na Lei Estadual nº 23.389, de 6 de maio de 2025, em sua redação vigente, é assegurado o direito de inscrição para os cargos do concurso como candidato(a) negro(a).

5.2 Ficam reservadas aos(às) candidatos(as) negros(as) 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas. Caso a aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) das vagas resulte em número fracionado, esse será elevado para o primeiro número inteiro subsequente, no caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos) e, no caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos) o valor será diminuído para número inteiro imediatamente inferior, na forma do §2º do art. 1º da Lei Estadual nº 23.389, de 6 de maio de 2025.

5.3 Para concorrer às vagas reservadas, o(a) candidato(a) deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se negro(a) (preto(a) ou pardo(a)), conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e manifestar que deseja concorrer à vaga reservada.

5.4 O(A) candidato(a) inscrito(a) como negro(a) participará do concurso em igualdade de condições com os(as) demais candidatos(as), no que se refere ao conteúdo da prova, aos critérios de avaliação, ao horário, à data e ao local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para aprovação.

5.5 Caso o(a) candidato(a) não assinalar o desejo de concorrer como candidato(a) negro(a) e/ou não cumpra os procedimentos descritos no edital, perderá o direito de concorrer às vagas reservadas e, conseqüentemente, concorrerá somente às vagas da ampla concorrência.

5.5.1 Caso o(a) candidato(a) inscrito(a) como negro(a) também seja optante para concorrer às vagas reservadas para pessoa com deficiência, continuará participando nessa categoria, observadas as normas constantes no item 3.

5.6 O(A) candidato(a) que optar por concorrer às vagas reservadas para negro(a), caso aprovado(a), será convocado(a) para submeter-se ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração, realizado por comissão especificamente designada para tal fim. Somente após a confirmação da autodeclaração pela comissão é que o(a) candidato(a) terá confirmada sua condição de concorrente às vagas reservadas para negros(as).

5.6.1 A convocação para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será publicada no endereço eletrônico do concurso, na data prevista no cronograma (Anexo I), não sendo encaminhada aos(as) candidatos(as) correspondência individualizada acerca dessa convocação.

5.7 Para os cargos com apenas uma etapa, será convocada para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração a quantidade de candidatos(as) equivalente a 5 (cinco) vezes o número de vagas reservadas às pessoas negras previstas no edital para cada cargo, ou 10 (dez) candidatos(as), o que for maior, resguardadas as condições de aprovação estabelecidas no edital do concurso.

5.7.1 No caso dos cargos com duas ou mais etapas, todos(as) os(as) candidatos(as) aprovados(as) nas respectivas etapas dos cargos pleiteados serão convocados(as) para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração.

5.7.2 O(A) candidato(a) às vagas reservadas ao(a) negro(a), ainda que tenha obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência e satisfaça as condições de habilitação estabelecidas no edital, deverá se submeter ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração.

5.8 O Instituto Verbena/UFG designará comissão responsável pelo procedimento de confirmação complementar à autodeclaração étnico-racial, com poder deliberativo, composta por 3 (três) membros e seus(suas) suplentes, e designará uma comissão recursal composta por 3 (três) membros e seus(suas) suplentes, distintos dos membros da comissão original.

5.8.1 A comissão do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração deliberará pela maioria dos seus membros, sob forma de parecer motivado em caso de indeferimento.

5.8.2 A avaliação da comissão quanto à condição de pessoa negra será realizada na modalidade remota.

5.8.3 O link para acesso à sala virtual (ambiente remoto) para a realização do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será disponibilizado no Portal do(a) candidato(a), no momento da convocação.

5.8.4 Para a realização do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração remoto, o(a) candidato(a) deverá: possuir uma conexão de internet de qualidade; estar em local com fundo branco e com iluminação natural, preferencialmente vinda de frente; manter o ambiente sem ruídos; definir e testar com antecedência o equipamento a ser utilizado; posicionar o equipamento de modo a captar toda sua imagem.

5.8.5 No momento do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração remoto, o(a) candidato(a) deverá: estar com o documento de identidade com foto; não utilizar acessórios na cabeça, tais como boné, chapéu, lenço, elásticos, presilhas, entre outros, quando impossibilitarem ou dificultarem a verificação fenotípica, sendo vedada a utilização de maquiagem, bem como quaisquer acessórios ou vestimentas que impossibilitem a verificação fenotípica.

5.8.6 O Instituto Verbena/UFG não se responsabilizará pela não realização do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração remoto por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou de outros fatores alheios ao Instituto Verbena/UFG que venham a impossibilitar o atendimento das normas do edital.

5.8.7 Não será realizado o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração fora dos dias ou horários estabelecidos pelo Instituto Verbena/UFG.

5.9 O procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será gravado e poderá ser utilizado na análise de eventuais recursos interpostos contra a decisão da comissão.

5.10 A comissão do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo(a) candidato(a) no concurso. O procedimento de confirmação complementar à autodeclaração se dará por meio da constatação de que o(a) candidato(a) é visto socialmente como pertencente ao grupo racial negro.

5.10.1 Serão consideradas as características fenotípicas do(a) candidato(a) no momento da realização do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração.

5.10.2 Não serão considerados quaisquer relatos, laudos dermatológicos, registros ou documentos pretéritos apresentados pelo(a) candidato(a) ou seu(sua) representante legal, inclusive imagem, documentos ou fotos de seus genitores e, em nenhuma hipótese, o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração será realizado considerando o genótipo do(a) candidato(a), sendo vedada toda e qualquer forma de aferição acerca da sua ancestralidade ou colateralidade familiar.

5.11 A não confirmação da autodeclaração do(a) candidato(a) como negro(a), o não comparecimento ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração ou a recusa em ser filmado(a) acarretarão a perda do direito a concorrer às vagas reservadas às pessoas negras. O(a) candidato(a) poderá figurar na lista de ampla concorrência, desde que não se verifique má-fé, falsidade ou fraude, e desde que tenha obtido nota suficiente nas fases do certame para ser aprovado pela ampla concorrência e tenha atendido aos demais requisitos de habilitação, resguardados o contraditório e a ampla defesa, quando for o caso.

5.11.1 Será eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que apresentar autodeclaração falsa constatada em procedimento administrativo da comissão do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração. A eliminação de candidato(a) não enseja o dever de convocar suplementarmente candidatos(as) não convocados(as) para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração.

5.11.2 Após o devido processo legal, o parecer da comissão do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração que constatar a falsidade da autodeclaração deverá motivar a sua conclusão nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

5.12 A autodeclaração e a confirmação da veracidade realizadas durante a execução deste edital terão validade para todas as inscrições realizadas, não podendo ser aproveitadas em outros certames.

6. DOS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

6.1 Serão considerados documentos de identificação para a inscrição e para o acesso aos locais de prova os documentos expedidos pelas Secretarias de Segurança Pública, pela Diretoria Geral da Polícia Civil, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar e pela Polícia Federal, bem como a Carteira de Identidade Nacional (CIN) em seu formato físico e digital, a Carteira Nacional de Habilitação em seu formato físico e digital, o Documento Nacional de Identificação (DNI), o E-título, o RG Digital, o Passaporte e as carteiras expedidas por Ordens, Conselhos ou Ministérios que, por lei federal, são consideradas documentos de identidade.

6.1.1 O documento de identificação deverá conter foto e estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do(a) candidato(a) e de sua assinatura. Os documentos digitais deverão ser apresentados por meio do uso do aplicativo oficial, não sendo aceitas imagens, fotos e capturas de tela do aplicativo.

6.1.2 O(A) candidato(a) que apresentar documento de identificação que gere dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do(a) portador(a) poderá ser submetido(a) à identificação especial para posterior encaminhamento à Polícia Civil para confirmação.

6.2 Não serão aceitos documentos que não estejam listados no item 6.1 como documento de identificação no concurso, incluindo a Carteira de Trabalho Digital, a Certidão de Nascimento, a Certidão de Casamento, o Título de Eleitor, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a Carteira de Estudante, o Certificado de Alistamento ou de Reservista ou quaisquer outros documentos (crachás, identidade funcional) diferentes dos especificados no item 6.1.

6.3 O(A) candidato(a) estrangeiro(a) deverá apresentar carteira de estrangeiro atualizada ou passaporte com visto válido.

6.4 Caso o(a) candidato(a) não apresente o documento de identificação original por motivo de furto, roubo ou perda, deverá entregar documento (original ou cópia simples) que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, emitido com prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data de realização da prova.

7. DA PROVA OBJETIVA E DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA SUA REALIZAÇÃO

7.1 Da prova objetiva

7.1.1 A prova objetiva representa a 1ª (primeira) etapa do concurso para todos os cargos.

7.1.2 A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar o grau de conhecimento teórico do(a) candidato(a) necessário ao desempenho do cargo e valerá 100,0 (cem) pontos, sendo eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que não obtiver, no mínimo, 50,0 (cinquenta) pontos. As questões da prova serão do tipo múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D), das quais apenas uma é correta.

7.1.3 Os cargos, as disciplinas, o número de questões, o peso de cada questão e as condições gerais de realização

são apresentados nos quadros abaixo:

Quadro 3 – Cargos com nível de escolaridade Ensino Fundamental

Cargo(s)	Disciplina	Nº de questões	Peso	Condições Gerais
• Auxiliar de Saúde Bucal	Língua Portuguesa	10	4	Período: Matutino Duração: 4 horas Cidade de Realização da prova: Porangatu e/ou cidades próximas, se necessário.
	Raciocínio Lógico-Matemático	10	3	
	Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Goiás e do Município de Porangatu	10	3	

Quadro 4 – Cargos com nível de escolaridade Ensino Médio/Técnico

Cargo(s)	Disciplina	Nº de questões	Peso	Condições Gerais
<ul style="list-style-type: none"> • Agente Comunitário de Saúde • Agente de Combate às Endemias • Auxiliar de Farmácia • Técnico de Enfermagem 	Língua Portuguesa	10	2	Período: Vespertino Duração: 4 horas Cidade de Realização da prova: Porangatu e/ou cidades próximas, se necessário.
	Raciocínio Lógico-Matemático	02	1	
	Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Goiás e do Município de Porangatu	03	1	
	Conhecimentos Específicos do Cargo	25	3	

Quadro 5 – Cargos com nível de escolaridade Ensino Superior

Cargo(s)	Disciplina	Nº de questões	Peso	Condições Gerais
<ul style="list-style-type: none"> • Assistente Social • Educador Físico da Saúde • Farmacêutico • Médico • Médico Veterinário • Nutricionista • Odontólogo • Pedagogo da Saúde • Psicólogo da Saúde • Terapeuta Ocupacional 	Língua Portuguesa	10	3	Período: Matutino Duração: 4 horas Cidade de Realização da prova: Porangatu e/ou cidades próximas, se necessário.
	Raciocínio Lógico-Matemático	05	1	
	Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Goiás e do Município de Porangatu	05	1	
	Noções de Informática	05	1	
	Políticas e Legislação da Saúde	15	1	
	Conhecimentos Específicos do Cargo	10	4	

7.1.4 O conteúdo programático consta no Anexo IV do edital. A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas deste concurso, salvo se listadas nos objetos de avaliação constantes nos conteúdos programáticos.

7.2 Das condições gerais para realização da prova objetiva

7.2.1 A prova objetiva será aplicada na cidade indicada nos quadros acima, podendo ser realizada em cidades próximas, a depender da disponibilidade dos locais, na data prevista no Cronograma (Anexo I).

7.2.2 O comunicado que informa o horário e o local de realização da prova será disponibilizado na página do concurso para consulta individual, na data prevista no cronograma (Anexo I), sendo de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) verificar essa informação, visto que não será enviada correspondência individualizada, salvo em situações emergenciais.

7.2.2.1 No comunicado que informa o local de prova, o(a) candidato(a) deverá observar o horário de abertura e fechamento dos portões.

7.2.2.2 No local de prova, somente será permitido o ingresso do(a) candidato(a) que estiver portando o original de um dos documentos de identificação permitidos pelo edital, salvo em caso de furto, roubo ou perda.

7.2.3 Para garantia da lisura do concurso, poderão ocorrer, como forma de identificação, a coleta da impressão digital e o registro de imagem do(a) candidato(a) (fotografia e/ou filmagem) no dia de realização da prova.

7.2.4 No período de tempo reservado à prova, estão incluídos a coleta da impressão digital, o registro de imagem do(a) candidato(a) (fotografia e/ou filmagem), caso ocorram, e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.

7.2.5 O(A) candidato(a) é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial de seu nome, do número de sua inscrição, do número de seu documento de identidade e do cargo escolhido, os quais constarão no cartão-resposta e na lista de presença.

7.2.6 O(A) candidato(a) deverá assinalar suas respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão.

7.2.7 O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

7.2.8 Não será permitido o uso de qualquer tipo de corretivo no cartão-resposta, tampouco haverá sua substituição por erro no seu preenchimento.

7.2.9 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) o preenchimento do cartão-resposta, bem como de eventuais danos causados ao seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura eletrônica.

7.2.10 O(A) candidato(a) deverá assinar, somente nos locais indicados, o cartão-resposta e a lista de presença, bem como transcrever a frase indicada na capa do caderno de questões para o seu cartão-resposta.

7.2.11 Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada, nem aplicação de provas fora da data, do horário e do local determinados pelo Instituto Verbena/UFG.

7.2.12 Os casos de alterações psicológicas e/ou fisiológicas permanentes ou temporárias (gravidez, estados menstruais, indisposições, câimbras, contusões, crises reumáticas, luxações, fraturas, crises de labirintite e outros) e casos de alterações climáticas (calor intenso, temporais e outros), que diminuam ou limitem a capacidade física ou mental dos(as) candidatos(as) para realizarem a prova e terem acesso ao local, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado, respeitando-se o princípio da isonomia.

7.2.13 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova, em razão do afastamento do(a) candidato(a) da sala onde está realizando a prova, salvo o caso previsto no subitem 4.5.2.

7.2.14 Por motivo de segurança, serão adotados os seguintes procedimentos para a realização da prova:

a) não será permitida a entrada de candidatos(as), nos locais das provas, portando qualquer tipo de arma branca e/ou arma de fogo (salvo nos casos previstos em lei);

b) não será permitido o uso ou o porte de telefone celular, de relógio (qualquer tipo), assim como equipamentos elétricos, eletrônicos e/ou de comunicação (receptor ou transmissor) de qualquer natureza, os quais deverão permanecer obrigatoriamente desligados, com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados;

c) será entregue ao(à) candidato(a), ao entrar na sala, embalagem plástica de segurança, na qual deverão ser colocados todos os pertences mencionados na alínea “b”, a qual deverá ser mantida embaixo do assento;

d) não será permitido o uso ou porte de outros objetos, tais como carteira, chave (qualquer tipo), óculos escuros, itens de chapelaria ou quaisquer outros, os quais deverão permanecer embaixo do assento;

e) não será permitida a entrada e utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua, borracha, folha e/ou papel de rascunho não oficial;

f) não será permitida a entrada de candidato(a) com bebidas ou alimentos em recipientes ou embalagens que não sejam fabricados com material transparente, independentemente da cor, tais como água, refrigerantes ou sucos, bolachas ou biscoitos, chocolates, balas e/ou barras de cereais. Os alimentos e as bebidas deverão estar acondicionados em embalagens plásticas com visibilidade do conteúdo;

g) durante a realização das provas, não será permitida a comunicação verbal, escrita, gestual e/ou em Libras entre candidatos(as);

h) iniciada a prova, o(a) candidato(a) somente poderá retirar-se do local de realização da prova com a devida liberação dada pelo(a) coordenador(a) e após terem decorridas 2 (duas) horas de prova. Será permitido ao(à) candidato(a) levar o caderno de questões apenas quando se retirar do local nos últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o término da aplicação da prova;

i) os(as) três últimos(as) candidatos(as) deverão permanecer juntos(as) no local de realização da prova, sendo liberados(as) somente após a entrega do material do(a) último(a) candidato(a), tendo seus nomes e suas assinaturas registrados na ata de sala.

7.2.15 O Instituto Verbena/UFG não se responsabilizará pela guarda de quaisquer materiais de candidato(a), não dispondo de guarda-volumes nos locais de realização da prova.

7.2.16 Não será permitida a permanência de acompanhante nos locais de prova, exceto na condição especial prevista no edital. Também não será permitida a permanência de candidato(a) no local nem o uso dos banheiros após o término das provas.

7.2.17 Poderá haver monitoramento de sinais eletrônicos dentro das salas, bem como a utilização de detectores de metal e outras ações de segurança durante a aplicação da prova.

8. DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

8.1 O Teste de Aptidão Física (TAF) representa a 2ª (segunda) etapa do concurso para os cargos de Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias e Educador Físico da Saúde e será realizado no município de Porangatu.

8.2 O Teste de Aptidão Física (TAF), de caráter eliminatório, visa avaliar a capacidade física do(a) candidato(a), considerando as exigências e atribuições do cargo.

8.3 Serão convocados(as) para o TAF os(as) candidatos(as) aprovados(as) na prova objetiva e que estiverem classificados(as) em ordem decrescente da nota obtida, dentro do quantitativo do Quadro 7.

8.3.1 Na ocorrência de empate na última colocação, todos(as) candidatos(as) que obtiverem essa mesma nota serão convocados(as) para o TAF. Os(As) demais serão eliminados(as) do concurso.

8.3.2 Os(As) candidatos(as) inscritos(as) nas vagas reservadas para negro(a) e/ou para pessoa com deficiência que obtiverem pontuação suficiente para convocação pela ampla concorrência deverão figurar tanto na lista de convocados(as) das vagas reservadas, quanto na lista de convocados(as) da ampla concorrência e não serão contabilizados(as) no quantitativo total de convocados(as) para as vagas reservadas.

Quadro 7

Cargo	Quantidade de candidatos(as) convocados(as) para o Teste de Aptidão Física (TAF)		
	AC	PcD	N
● Agente Comunitário de Saúde*	100	10	20
● Agente de Combate às Endemias	50	10	20
● Educador Físico da Saúde	10	10	10

* A quantidade de candidatos(as) convocados(as) para o cargo de Agente Comunitário de Saúde será distribuída proporcionalmente entre o total de microáreas.

8.4 Caso não tenha candidato(a) com deficiência e/ou negro(a) habilitado(a) em número suficiente, a quantidade remanescente de convocados(as) nas respectivas opções de participação será revertida para a ampla concorrência.

8.5 A pessoa com deficiência poderá solicitar adaptação do Teste de Aptidão Física conforme deficiência apresentada. O(A) candidato(a) deverá enviar sua solicitação para o e-mail <logistica.iv@ufg.br> em até 48 (quarenta e oito) horas após a publicação do resultado preliminar da prova objetiva. A solicitação será avaliada de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, garantindo que as exigências do teste adaptado sejam compatíveis com o cargo pleiteado.

8.6 O(A) candidato(a) será considerado(a) habilitado(a) ou não habilitado(a) no TAF.

8.6.1 Para ser considerado(a) habilitado(a) no TAF o(a) candidato(a) deverá obter, nos tempos e nas tentativas, o mínimo exigido para cada teste, conforme consta no Quadro 8.

8.7 O(A) candidato(a) que não obtiver o índice mínimo em qualquer um dos testes ou não executar qualquer um deles de acordo com o especificado no edital, ficará impedido(a) de realizar os testes subsequentes, sendo eliminado(a) do certame.

8.7.1 Também estará eliminado(a) do certame o(a) candidato(a) que não comparecer tempestivamente ou não atender à chamada para o início de execução da prova, bem como vier a se acidentar, sofrer de mal súbito ou lesão muscular em qualquer um dos esforços do TAF e não tiver condição de continuar e/ou realizar a prova.

8.8 O TAF será gravado e poderá ser utilizado pela banca examinadora na análise de eventuais recursos interpostos pelos(as) candidatos(as).

8.8.1 O(A) candidato(a) que não permitir o registro de sua imagem (filmagem) será eliminado(a) do concurso.

8.9 O comunicado que informa o horário e o local de realização do TAF será disponibilizado na página do concurso para consulta individual, na data prevista no Cronograma (Anexo I), sendo de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) verificar essa informação, visto que não será enviada correspondência individualizada.

8.9.1 No comunicado que informa o local do TAF, o(a) candidato(a) deverá observar o horário de abertura e fechamento dos portões.

8.9.2 Para a realização dessa prova, o(a) candidato(a) deverá comparecer no dia, local e horário previamente designados, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, portando, além do original de um dos documentos de identificação citados no subitem 6.1, o atestado médico (Anexo V), acompanhado do Teste Ergométrico (Teste de Esforço), conforme subitem 8.13.

8.10 Recomenda-se ao(à) candidato(a) apresentar-se com roupa adequada para a prática de exercício físico, sendo de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) a escolha da vestimenta e do calçado para a realização da prova.

8.11 O Instituto Verbena/UFG não se responsabiliza por acidentes físicos causados por uso de vestimenta e calçados inadequados ao exercício.

8.12 O aquecimento para a realização da prova ficará a critério do(a) próprio(a) candidato(a).

8.13 O atestado médico (Anexo V) e o Teste Ergométrico (Teste de Esforço) deverão, obrigatoriamente, conter:

- a) o nome completo do(a) candidato(a);
- b) o nome e a assinatura do(a) médico(a);
- c) o número do registro do(a) médico(a) no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- d) a data de emissão do atestado.

8.14 O atestado médico e o Teste Ergométrico (Teste de Esforço) serão analisados pelo Instituto Verbena/UFG, que avaliará, mediante as informações neles contidas, se o(a) candidato(a) dispõe de condições para realizar a prova. O atestado e o exame serão retidos pelo Instituto Verbena/UFG.

8.15 Somente serão aceitos o atestado médico e o Teste Ergométrico (Teste de Esforço) com laudo médico, originais, emitidos com data de até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores à realização da prova.

8.16 Tendo em vista a diferença temporal entre a emissão do atestado médico e a realização da prova, não caberá ao Instituto Verbena/UFG nenhuma responsabilidade por eventuais ocorrências envolvendo o(a) candidato(a) durante a realização da prova.

8.17 Caso constem no atestado médico restrições que impeçam o(a) candidato(a) de realizar a prova, ele(a) estará eliminado(a) do certame.

8.18 Caso compareça sem atestado médico e o Teste Ergométrico (Teste de Esforço), o(a) candidato(a) ficará impedido(a) de realizar a prova, sendo eliminado(a) do certame.

8.19 Recomenda-se que o(a) candidato(a), para a realização dessa prova, tenha feito sua última refeição com uma antecedência mínima de 2 (duas) horas.

8.20 O tempo oficial de duração do TAF será controlado pelos(as) avaliadores(as) de prova por meio de cronômetros ou de qualquer outro equipamento eletrônico, se necessário.

8.21 Para o TAF, o(a) candidato(a) poderá levar relógio, cronômetro ou outro equipamento para o controle de seu próprio tempo.

8.22 O tempo de duração da prova não implica o tempo de permanência do(a) candidato(a) no local onde será realizada a prova. Recomenda-se que o(a) candidato(a), para o seu bem-estar, leve lanche e água, visto que, devido à natureza da prova, o(a) candidato(a) poderá permanecer no local de sua realização por um período superior ao tempo de realização da prova e não lhe será oferecido nenhum tipo de alimentação.

8.23 No TAF, o(a) candidato(a) realizará os testes de flexão de braços, abdominal remador e de corrida, conforme Quadro 8.

Quadro 8

Teste de Aptidão Física				
Testes	Tempo máximo de prova	Desempenho mínimo		
		Masculino	Feminino	Tentativas
1º Teste: flexão de braços	1 min	15 repetições	10 repetições	02

2º Teste: abdominal remador	1 min	20 repetições	10 repetições	02
3º Teste: corrida	12 min	1.600 m	1.300 m	01

8.24 Nos testes de flexão de braços e abdominal remador, dentro do tempo máximo previsto de 1 (um) minuto, será permitida uma segunda tentativa ao(à) candidato(a) que não conseguir executar o teste na primeira tentativa. O intervalo de tempo para o descanso entre a primeira e a segunda tentativa será de até 1 (um) minuto.

8.25 No teste de corrida, será permitida uma única tentativa.

8.26 Flexão de braços

8.26.1 Sexo masculino

a) posição inicial: decúbito ventral (barriga para baixo). Braços estendidos e palmas das mãos apoiadas no solo, afastadas um pouco além da largura dos ombros, suspendendo o tronco. Ponta dos pés juntos ou levemente separados para maior estabilidade.

b) alinhamento corporal: tronco, quadril e pernas completamente estendidos e afastados do solo. Mantenha o corpo reto como uma prancha, alinhando a cabeça, pescoço, costas, bacia e calcanhares.

c) execução: flexionar os cotovelos, baixando o peito lentamente em direção ao chão. Os cotovelos devem ficar em um ângulo de aproximadamente 50 graus em relação ao tronco. O tronco aproxima-se paralelamente ao solo, sem tocá-lo.

d) subida (extensão): empurrar o corpo para cima, (voltando à posição inicial) com os braços estendidos, sem fazer movimentos ondulatórios com o tronco.

8.26.2 Sexo feminino

a) posição inicial: braços estendidos perpendicularmente ao solo. Mãos, joelhos e pés apoiados ao chão (6 apoios: duas mãos, dois joelhos, duas pontas dos pés). Manter o tronco reto e alinhado, formando uma linha diagonal ao solo (dos joelhos à cabeça) em posição de prancha. Mãos espalmadas no chão um pouco mais afastadas que a largura dos ombros, com dedos voltados para a frente. Joelhos e pés unidos apoiados no solo.

b) execução: flexionar os cotovelos, em um ângulo de aproximadamente 45° em relação ao corpo, descendo o peito em direção ao solo. Retornar à posição inicial, estendendo os braços completamente, mantendo o tronco alinhado.

c) subida(extensão): empurrar o corpo para cima, (voltando à posição inicial) com os braços estendidos, sem fazer movimentos ondulatórios com o tronco.

8.26.3 Mede-se o número de repetições corretas executadas em 1 (um) minuto.

8.26.4 Os movimentos incompletos não serão contabilizados.

8.27 Abdominal remador – masculino/feminino:

a) posição inicial: o(a) candidato(a) na posição deitada em decúbito dorsal, com as pernas unidas e estendidas e braços estendidos atrás da cabeça, tocando o solo;

b) execução: ao comando, o(a) candidato(a) flexionará simultaneamente o tronco e os membros inferiores na altura do quadril, lançando os braços à frente, de modo que a sola dos pés se apoie totalmente no solo e a linha dos cotovelos coincida com a linha dos joelhos e, em seguida, voltará à posição inicial (decúbito dorsal), completando uma repetição.

8.27.1 Mede-se o número de repetições corretas executadas em 1 (um) minuto.

8.27.2 Os movimentos incompletos não serão contabilizados.

8.28 Corrida – masculino/feminino:

a) o(a) candidato(a), durante o teste, poderá deslocar-se em qualquer ritmo, correndo ou caminhando, podendo, inclusive, parar e prosseguir.

8.28.1 O início e o término da prova serão marcados com um silvo longo de apito, quando o cronômetro será acionado ou interrompido.

8.28.2 Não será permitido ao(à) candidato(a):

a) depois de iniciado o teste, abandonar o circuito da pista antes da liberação do(a) examinador(a);

b) dar ou receber qualquer tipo de ajuda física.

8.28.3 Ao sinal de término da prova, o(a) candidato(a) deverá interromper a trajetória da corrida e permanecer no local onde parou até a liberação por parte do(a) examinador(a), evitando ultrapassar a linha de chegada ou abandonar a pista. O descumprimento desta orientação acarretará a eliminação do(a) candidato(a).

8.29 Os casos de alterações psicológicas e/ou fisiológicas permanentes ou temporárias (estados menstruais, indisposições, câimbras, contusões, crises reumáticas, luxações, fraturas, crises de labirintite e outros) e casos de alterações climáticas (calor intenso, temporais e outros), que diminuam ou limitem a capacidade física dos(as) candidatos(as) para realizarem a prova e terem acesso ao local, não serão levados em consideração, não sendo

concedido qualquer tratamento privilegiado, respeitando-se o princípio da isonomia.

8.30 À candidata gestante que for convocada para realizar o TAF, fica resguardado o direito de remarcar a prova conforme garantias legais.

8.31 A candidata deverá protocolar recurso contra a convocação preliminar para o TAF, no endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br> e fazer o upload de atestado/laudo médico, acompanhado do exame laboratorial comprobatório da gravidez.

8.31.1 É de responsabilidade da candidata comunicar formalmente ao Instituto Verbena/UFG o nascimento ou a interrupção da gestação, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias e não superior a 90 (noventa) dias da data do término da gravidez, sob pena de exclusão do concurso.

8.31.2 A remarcação do TAF será determinada com a data, o horário e o local da prova pelo Instituto Verbena/UFG, após a devida comunicação do término da gestação.

8.31.3 A candidata com requerimento de remarcação deferido seguirá nas listas referentes às próximas etapas, sob condicional, até que seja realizado o TAF.

9. DO CURSO DE FORMAÇÃO

9.1 O curso de formação, de caráter eliminatório, representa a 3ª (terceira) etapa para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias e será realizado de forma remota.

9.2 O curso de formação tem como objetivo a transmissão de conhecimentos aos participantes, o desenvolvimento de competências para o desempenho das atribuições do cargo e a avaliação para fins de aprovação no concurso.

9.3 Serão convocados(as) para o curso de formação todos(as) os(as) candidatos(as) habilitados(as) no Teste de Aptidão Física (TAF), dentro do limite de 10 (dez) vezes o número de vagas imediatas ou de 15 (quinze) candidatos(as), quando não houver vaga imediata para o cargo/área, conforme definido no edital.

9.4 A convocação para o curso de formação será publicada no período previsto no cronograma do concurso (Anexo I), no endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br>, juntamente com as orientações gerais para realização do curso.

9.5 O curso de formação terá duração de 40 (quarenta) horas, podendo ser ministrado inclusive aos sábados, domingos e feriados e, ainda, em horário noturno.

9.6 O(A) candidato(a) convocado(a) deverá entrar no link a ser disponibilizado no Portal do(a) candidato(a) no 1º (primeiro) dia do curso de formação com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos.

9.7 O(A) candidato(a) que não comparecer ao curso de formação desde o início, afastar-se dele ou não satisfizer os demais requisitos legais, será considerado(a) reprovado(a) e, conseqüentemente, eliminado(a) do concurso.

9.8 Será aprovado(a) no curso de formação o(a) candidato(a) que tiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), sendo o(a) candidato(a) aprovado(a) considerado(a) apto(a) e o(a) reprovado(a) considerado(a) inapto(a).

9.9 Será obrigatória a frequência mínima no curso de formação, ficando excluídas desse percentual as faltas justificadas, de acordo com as situações previstas no subitem 9.10.1.

9.9.1 A assiduidade e pontualidade no curso de formação serão objeto de controle diário e constituirão critério de eliminação do(a) candidato(a).

9.9.2 Será atribuída falta ao(à) candidato(a) que se atrasar por mais de 15 (quinze) minutos após o início das aulas, assinar frequência e se ausentar ou se retirar antes do término das atividades diárias programadas.

9.10 Somente serão justificadas as faltas ocorridas por motivo de força maior, devidamente caracterizadas pelo(a) candidato(a), mediante requerimento instruído com os respectivos comprovantes.

9.10.1 Para fins de justificativa das faltas, serão considerados como motivo de força maior situações como:

- a)** convocação judicial de qualquer natureza;
- b)** acidente ou enfermidade grave que impossibilite a locomoção e participação do(a) candidato(a) nas atividades;
- c)** doença grave ou falecimento do(a) cônjuge, ascendente ou descendente até o 2º grau de parentesco ou pessoa que, comprovadamente, viva sob a dependência econômica do(a) candidato(a);
- d)** nascimento de filhos(as).

9.11 A quantidade de dias justificados, na situação especificada na alínea “a” do subitem 9.10.1, obedecerá ao constante na convocação judicial. Quanto à quantidade de dias de afastamento referida na alínea “b” do subitem 9.10.1, deverá constar em atestado médico que será submetido à análise médica.

9.12 A análise do requerimento de abono de faltas será de responsabilidade conjunta do Instituto Verbena/UFG e da Comissão Especial do Concurso Público.

9.13 As despesas decorrentes da participação no curso de formação correrão por conta dos(as) candidatos(as), os(as) quais não terão direito a alojamento, alimentação, transporte ou ressarcimento de quaisquer despesas.

10. DA CLASSIFICAÇÃO, DOS RESULTADOS E DO BOLETIM DE DESEMPENHO

10.1 Para todos os cargos, os(as) candidatos(as) serão classificados(as) em ordem decrescente do total de pontos obtidos na prova objetiva. Para os cargos de Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias e Educador Físico da Saúde, a classificação final será definida com base nessa pontuação, condicionada à habilitação do(a) candidato(a) nas demais etapas do concurso. Para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, essas etapas correspondem ao Teste de Aptidão Física e ao Curso de Formação; para o cargo de Educador Físico da Saúde, correspondem ao Teste de Aptidão Física.

10.2 Em caso de empate, para efeito de classificação final, terá preferência o(a) candidato(a) com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso). Persistindo o empate, prevalecerão sucessivamente os seguintes critérios, observando as provas aplicadas em cada cargo, ao(à) candidato(a) que tiver:

- a) maior pontuação na prova de conhecimentos específicos, quando houver;
- b) maior pontuação na prova de língua portuguesa;
- c) exercido a função de jurado(a) no período entre a data de publicação da Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008, e a data de término das inscrições;
- d) maior idade.

10.3 Do direito de preferência em razão da função de jurado(a)

10.3.1 O(A) candidato(a) interessado(a) em usufruir do direito de preferência em razão da função de jurado(a) deverá enviar, via upload, os documentos comprobatórios, no prazo previsto no Cronograma (Anexo I). Os arquivos deverão estar legíveis, no formato PDF e ter tamanho máximo de 5 MB.

10.3.2 Para fins de comprovação da função de jurado(a) serão aceitos documentos como certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País.

10.4 Do Resultado Final

10.4.1 O resultado final do concurso será publicado com o nome dos(as) candidatos(as) aprovados(as) de acordo com a ordem de classificação e com as pontuações finais obtidas na prova objetiva, para o preenchimento das vagas ofertadas, assim como para a formação de cadastro de reserva, considerando a proporcionalidade entre as opções de participação.

10.4.1.1 Os(As) candidatos(as) não classificados(as) de acordo com o número máximo de aprovados(as) previsto no Quadro de Vagas (Anexo II), ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados(as).

10.4.2 A publicação do resultado final será realizada por cargo em 3 (três) listas, do seguinte modo: uma lista com a pontuação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na Ampla Concorrência (AC), uma lista com a pontuação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na opção para Pessoa com Deficiência (PcD) e uma lista com a pontuação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na opção Negro(a) (N), observada a proporcionalidade entre as opções de participação, a quantidade de vagas ofertadas no certame e o Cadastro de Reserva (CR), conforme o Quadro de Vagas (Anexo II).

10.4.2.1 Não havendo candidato(a) com deficiência ou candidato(a) negro(a) aprovado(a) em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência nas publicações do resultado preliminar do concurso.

10.4.3 Os (As) candidatos(as) aprovados(as) nas vagas reservadas para negro(a) e/ou para pessoa com deficiência que obtiverem pontuação suficiente para aprovação pela ampla concorrência deverão figurar tanto na lista de aprovados(as) das vagas reservadas, quanto na lista de aprovados(as) da ampla concorrência e não serão contabilizados no quantitativo total de aprovados para as vagas reservadas. As listas das vagas reservadas serão acrescidas de quantidade equivalente de candidatos(as) aprovados(as) da mesma opção de participação, em substituição àqueles(as) não contabilizados(as) por terem obtido pontuação suficiente para aprovação pela ampla concorrência.

10.5 Somente nas listas do resultado do concurso serão aplicados os critérios de desempate previstos no edital.

10.6 O(A) candidato(a) poderá acompanhar suas notas obtidas em cada etapa do concurso por meio do Boletim de Desempenho, disponível no Portal do(a) candidato(a) na página do Instituto Verbena/UFG.

10.6.1 A visualização do cartão-resposta da prova objetiva será disponibilizada ao(à) candidato(a) no Boletim de Desempenho.

11. DOS RECURSOS

11.1 Será assegurado ao(à) candidato(a) o direito de interpor recurso contra:

- a) o edital e seus anexos;
- b) o resultado preliminar da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição;
- c) o resultado preliminar das inscrições homologadas;
- d) o resultado preliminar da análise da documentação do(a) candidato(a) que realizou o upload da documentação caracterizadora da deficiência para concorrer à reserva de vagas e/ou requerer tempo adicional;
- e) o resultado preliminar da análise da documentação comprobatória de ter exercido a função de jurado(a);
- f) o gabarito preliminar da prova objetiva;
- g) o resultado preliminar da prova objetiva;
- h) a relação preliminar dos(as) candidatos(as) convocados(as) para o TAF;
- i) o resultado preliminar do TAF;
- j) o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial documental;
- k) o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial presencial;
- l) o resultado preliminar do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração;
- m) o resultado preliminar do curso de formação;
- n) o resultado preliminar do concurso.

11.2 Para a interposição de recurso, o(a) candidato(a) deverá:

a) preencher o recurso, em formulário próprio, disponível no Portal do(a) candidato(a), fundamentando-se com material bibliográfico apto ao embasamento, quando for o caso, e com a indicação precisa daquilo em que se julgar prejudicado;

b) não se identificar no corpo do recurso, sob pena de ser indeferido.

11.3 O prazo para interposição de recursos será de 72 (setenta e duas) horas após a publicação do edital de abertura e de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação dos resultados preliminares. Não serão computadas horas referentes aos dias não úteis.

11.3.1 No período recursal, quando for o caso, não haverá possibilidade de complementação ou substituição dos documentos anteriormente enviados.

11.4 Os recursos interpostos em prazo destinado à etapa diversa da questionada serão considerados extemporâneos e não serão aceitos, bem como aqueles em desacordo com o subitem 11.2, ou enviados por e-mail ou via postal.

11.5 Será indeferido o pedido de recurso inconsistente e/ou fora das especificações estabelecidas no edital.

11.6 Nos casos em que o recurso envolver as bancas examinadoras, não caberá nova instância recursal após sua decisão.

11.6.1 Não haverá qualquer tipo de recurso ou pedido de reconsideração da decisão proferida pela banca examinadora.

11.6.2 Após o julgamento pela banca examinadora, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos(as) os(as) candidatos(as). O processamento final da pontuação será realizado com base no gabarito final, considerando todas as alterações porventura realizadas.

11.7 Na análise dos recursos interpostos, o Instituto Verbena/UFG determinará a realização das diligências que entender necessárias e, caso dê provimento ao recurso, poderá, se for o caso, alterar o resultado

11.8 A resposta ao recurso ficará disponível ao(à) interessado(a), no Portal do(a) candidato(a), após a publicação final do resultado que o motivou. Em caso de recurso contra o edital e seus anexos, a resposta ficará disponível até o início das inscrições. Esses resultados ficarão disponíveis para o(a) interessado(a) tomar ciência da decisão até a homologação do certame.

11.9 Não serão aceitos recursos relativos ao preenchimento incompleto, equivocado ou incorreto do cartão-resposta da prova objetiva.

12. DAS PENALIDADES

12.1 Será eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que:

- a) não comparecer a qualquer uma das etapas do concurso, ainda que alegue desconhecimento quanto à data, ao horário ou ao local de realização, bem como quanto às convocações publicadas nos termos do edital;
- b) chegar aos locais de realização das provas após o horário estabelecido;
- c) ausentar-se do recinto de realização das provas sem a devida permissão;
- d) exceder o tempo de realização das provas;
- e) levar consigo o cartão-resposta da prova objetiva ao retirar-se da sala;
- f) não permitir a coleta da impressão digital e o registro de sua imagem (fotografia e/ou filmagem) como forma de identificação;
- g) prestar, em qualquer momento, declaração falsa ou inexata;

- h)** não apresentar qualquer um dos documentos que comprove o atendimento dos requisitos fixados no edital;
- i)** praticar atos que contrariem as normas do edital;
- j)** não atender às determinações do edital e aos seus atos complementares;
- k)** mantiver conduta incompatível com a condição de candidato(a) ou for descortês com quaisquer autoridades e pessoas incumbidas da realização do concurso;
- l)** estiver portando ou utilizando lápis, lapiseira, marca-texto, régua, borracha, folha e/ou papel de rascunho não oficial;
- m)** anotar, registrar ou transcrever quaisquer informações, em qualquer parte do corpo, vestuário ou em materiais não autorizados, bem como fora dos locais especificamente destinados para esse fim;
- n)** estiver portando (ligado/desligado) telefone celular, relógio (qualquer tipo), assim como equipamentos elétricos, eletrônicos, e/ou de comunicação (receptor ou transmissor) de qualquer natureza, durante a realização da prova, os quais deverão permanecer obrigatoriamente desligados, com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados. Caso o telefone celular ou algum equipamento eletrônico emita qualquer sinal (sonoro ou de conectividade), mesmo sem a sua interferência direta, durante a realização das provas, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do certame;
- o)** for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, que o(a) candidato(a) utilizou processos ilícitos;
- p)** portar qualquer tipo de arma branca e/ou arma de fogo no ambiente de provas em desacordo com as normas previstas no edital.

12.2 Poderá ser eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que:

- a)** estiver portando, após o início das provas, bebidas ou alimentos em recipientes ou embalagens que não sejam fabricados com material transparente, independentemente da cor, tais como garrafa de água, refrigerantes ou sucos, bolachas ou biscoitos, chocolates, balas e/ou barras de cereais;
- b)** for surpreendido(a), durante a realização das provas, comunicando-se de qualquer forma com outro(a) candidato(a);
- c)** deixar de transcrever a frase indicada na capa do caderno de questões para o seu cartão-resposta.

12.3 Fica assegurado ao(à) candidato(a) eliminado(a), após a aplicação das penalidades que constam nos subitens 12.1 e 12.2, o direito à ampla defesa e ao contraditório.

13. DA HOMOLOGAÇÃO

13.1 A homologação do concurso é de competência da Prefeitura de Porangatu, cabendo ao próprio órgão a publicação de todos os procedimentos relativos ao ato.

13.1.1 A homologação será publicada no endereço eletrônico da Prefeitura de Porangatu <<https://porangatu.go.gov.br/>> e na Imprensa Oficial da Prefeitura de Porangatu, de forma resumida ou integral, a critério da Administração Pública; e ainda, no endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br>.

13.2 O ato de homologação conterá o nome dos(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as), inclusive em cadastro de reserva, em ordem decrescente da pontuação final obtida.

14. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

14.1 A nomeação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) ocorrerá após a homologação do concurso, de acordo com as condições operacionais da Prefeitura de Porangatu, conforme o Quadro de Vagas (Anexo II), e durante o prazo de validade deste concurso.

14.1.1 Os cargos do concurso obedecem ao estabelecido nas respectivas leis de criação, bem como ao que rege a Lei Orgânica do Município, com todas as suas alterações, e o Regime Jurídico Único do Município de Porangatu.

14.2 O(A) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) no concurso, na forma estabelecida neste edital, será nomeado(a), obedecida a ordem de classificação, no cargo para o qual foi habilitado(a), mediante decreto expedido, publicada na Imprensa Oficial da Prefeitura de Porangatu, e publicada no endereço eletrônico da Prefeitura de Porangatu <<https://porangatu.go.gov.br/>>.

14.3 A convocação dos(as) candidatos(as) para posse será publicada na Imprensa Oficial da Prefeitura de Porangatu. São de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) o acompanhamento da convocação e a exatidão dos dados informados no ato da inscrição para este concurso.

14.4 O(A) candidato(a) deverá manter atualizadas suas informações pessoais no Portal do(a) candidato(a) do Instituto Verbena/UFG, desde a inscrição até a homologação do concurso. A partir desse resultado, o Instituto Verbena/UFG repassará à Prefeitura de Porangatu os dados cadastrais do(a) candidato(a) que, se aprovado(a), deverá manter seu endereço domiciliar, seu e-mail e telefone de contato atualizados durante todo o prazo de

validade do concurso, através do endereço eletrônico <concursoporangatu@gmail.com>, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível à Prefeitura de Porangatu informá-lo(a) da convocação por falta da citada atualização.

14.5 A lotação do(a) candidato(a) aprovado(a) dar-se-á na repartição competente.

14.5.1 A classificação obtida pelo(a) candidato(a) aprovado(a) no concurso não gera para si o direito de escolher o órgão de lotação de seu exercício, ficando essa definição condicionada exclusivamente ao interesse e à conveniência da Prefeitura de Porangatu.

14.6 O(A) servidor(a) terá sua jornada definida no local de lotação, de acordo com as especificidades do cargo e as necessidades da Administração Pública.

14.7 A posse dos(as) candidatos(as) convocados(as), de acordo com este edital, será realizada consoante a legislação em vigor.

14.7.1 A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do(a) interessado(a).

14.8 O(A) candidato(a) aprovado(a) dentro do número de vagas previsto no edital poderá requerer sua reclassificação para o final da lista de aprovados(as) do respectivo cargo e da respectiva opção de participação, passando a ocupar a última colocação entre os(as) candidatos(as) aprovados(as) no Cadastro de Reserva.

14.9 O(A) candidato(a) nomeado(a) que não tomar posse no prazo estipulado terá o seu ato de nomeação tornado sem efeito.

14.10 O(A) candidato(a) aprovado(a) deverá apresentar, no momento da posse, os documentos exigidos pelo departamento de recursos humanos da Prefeitura de Porangatu.

14.11 A nomeação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos(as) com deficiência e a candidatos(as) negros(as).

14.12 Só poderá ser empossado(a) o(a) candidato(a) aprovado(a) que obtiver aprovação fisicamente e mentalmente pela avaliação biopsicossocial da Prefeitura de Porangatu para o exercício do cargo, incluindo os(as) candidatos(as) com deficiência.

14.12.1 No caso de candidatos(as) com deficiência, se a avaliação biopsicossocial concluir não haver compatibilidade entre a deficiência e o exercício das atribuições do cargo para o qual foi aprovado(a), o(a) candidato(a) não será considerado(a) apto(a) à nomeação.

15. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

15.1 Ter sido aprovado(a) e classificado(a) no concurso, nas formas estabelecidas neste edital.

15.2 Apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

- a) documento de identificação com foto e que conste o nº do CPF;
- b) certidão de nascimento (solteiro) ou de casamento (casado) ou certidão de averbação de divórcio;
- c) certidão negativa da Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- d) comprovante de residência atual (conta de água, telefone fixo ou energia elétrica).

15.2.1 Apresentar outros documentos solicitados para a posse e comprovar os pré-requisitos para o cargo pretendido.

15.3 Ter nacionalidade brasileira ou nacionalidade portuguesa, conforme art. 12, § 1º, da Constituição Federal.

15.3.1 Os(As) brasileiros(as) naturalizados(as) devem, no ato da posse, prestar informações sobre o processo de naturalização: data de chegada ao Brasil, país de origem, data de publicação da naturalização e se têm ou não filhos(as) brasileiros(as).

15.3.2 Os(As) brasileiros(as) naturalizados(as) deverão apresentar documentos que comprovem a regularidade quanto às obrigações militares e eleitorais.

15.3.3 Os(As) portugueses(as) deverão apresentar documentos que comprovem estar amparados pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos.

15.4 Ter, na data da posse, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos.

15.5 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

15.6 Estar quite com as obrigações eleitorais.

15.7 Estar quite com as obrigações militares, para candidatos do sexo masculino.

15.8 Possuir a escolaridade e os requisitos de qualificação exigidos para o cargo, previstos no Anexo II deste edital.

15.8.1 Os diplomas e/ou certificados obtidos no exterior deverão, obrigatoriamente, ser validados pelos órgãos competentes no Brasil, conforme disposição da legislação vigente no ato da posse.

15.8.2 Consoante ao Anexo II do edital, a comprovação da escolaridade dar-se-á por meio de diploma original,

devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.

15.9 Possuir idoneidade moral, comprovada por investigação social realizada mediante apresentação de certidões negativas civis e criminais expedidas pelo Poder Judiciário Federal e Estadual.

15.10 O(A) candidato(a) deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo/área por ocasião da posse.

15.11 Outras exigências estabelecidas em lei poderão ser solicitadas para o desempenho das atribuições do cargo.

15.12 No ato da investidura no cargo, o(a) candidato(a) aprovado(a) poderá ter a posse negada, caso não comprove os requisitos e documentos exigidos no edital.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Todos os horários referenciados no edital têm por base o horário oficial de Brasília/DF.

16.2 O concurso terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

16.2.1 O prazo de que trata o subitem anterior será contado da data em que a homologação do resultado final for publicada na Imprensa Oficial da Prefeitura de Porangatu.

16.3 A aprovação e classificação no concurso fora do número de vagas previstas no edital assegurará aos(as) candidatos(as) apenas a mera expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Prefeitura de Porangatu, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do concurso.

16.4 Os(As) candidatos(as) aprovados(as) e homologados(as) serão nomeados(as) conforme o número de vagas previsto neste edital e o número de vagas que eventualmente surgirem, poderão ser utilizadas à critério da Administração Pública.

16.5 As disposições e instruções contidas na página da internet, nas capas dos cadernos das provas, nos comunicados, nos editais complementares e avisos oficiais publicados pelo Instituto Verbena/UFG no endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br> constituirão normas que passarão a integrar o presente edital.

16.5.1 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar as publicações, comunicações, retificações e convocações referentes ao presente concurso, durante todo seu período de validade.

16.6 O(A) candidato(a) deverá acompanhar todos os atos e comunicados referentes ao concurso publicados no endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br>, no endereço eletrônico da Prefeitura de Porangatu <<https://porangatu.go.gov.br/>> e na Imprensa Oficial da Prefeitura de Porangatu.

16.7 As despesas decorrentes da participação em todas as etapas e procedimentos do concurso de que trata este edital correrão por conta dos(as) candidatos(as), os(as) quais não terão direito ao ressarcimento de despesas de qualquer natureza.

16.8 Não será fornecido ao(à) candidato(a) qualquer documento comprobatório de classificação no concurso, valendo, para esse fim, a homologação do resultado final.

16.9 A interpretação do edital deve ser realizada de forma sistêmica, mediante combinação dos itens previstos para determinada matéria tratada, prezando pela sua integração e correta aplicação, sendo dirimidos os conflitos e as dúvidas pelo Instituto Verbena/UFG e pela Comissão Especial de Concurso Público.

16.10 Todas as informações complementares estarão disponíveis no endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br>.

16.11 Os casos omissos serão analisados e decididos no âmbito da Comissão Especial do Concurso Público e do Instituto Verbena/UFG.

16.12 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão aplicadas ao presente concurso público, salvo se houver previsão expressa neste Edital ou em suas eventuais retificações.

Porangatu, 14 de maio de 2026.

Vanuza Primo de Araújo Valadares
Prefeita

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026

ANEXO I - CRONOGRAMA

DATA	EVENTO
14/05/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do Edital e dos Anexos.
22/06/2026 a 16/07/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Prazo para realizar inscrição e emitir o boleto bancário da taxa de inscrição, no endereço eletrônico www.institutoverbena.ufg.br, no Portal do(a) candidato(a). No último dia, as inscrições e a emissão do boleto bancário serão até às 17h00. • Prazo para o(a) candidato(a) realizar upload do laudo médico (Anexo III) para concorrer à reserva de vagas e/ou requerer tempo adicional. • Prazo para solicitação de condições especiais para realização de prova. • Prazo para realizar upload dos documentos comprobatórios de ter exercido a função de jurado(a) no período entre a data de publicação da Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008 e a data de término das inscrições.
22/06/2026 a 24/06/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Prazo para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição.
29/06/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado preliminar do requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição.
06/07/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado final do requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição.
16/07/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Último dia para realizar o pagamento do boleto bancário da taxa de inscrição.
22/07/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado preliminar das inscrições homologadas. • Publicação do resultado preliminar da análise da documentação do(a) candidato(a) que realizou o upload do laudo médico (Anexo III) para concorrer à reserva de vagas e/ou requerer tempo adicional. • Publicação do resultado preliminar da análise da documentação comprobatória de ter exercido a função de jurado(a) no período entre a data de publicação da Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008 e a data de término das inscrições. • Divulgação do resultado dos pedidos de condições especiais para realização de prova, no Portal do(a) candidato(a)/Requerimento.
29/07/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado final das inscrições homologadas. • Publicação do resultado final da análise da documentação do(a) candidato(a) que realizou o upload do laudo médico (Anexo III) para concorrer à reserva de vagas e/ou requerer tempo adicional. • Publicação do resultado final da análise da documentação comprobatória de ter exercido a função de jurado (a) no período entre a data de publicação da Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008 e a data de término das inscrições.
11/08/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do comunicado que informa o local de realização da prova objetiva.
16/08/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da prova objetiva.
17/08/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva.
01/09/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do gabarito final da prova objetiva.
03/09/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado preliminar da prova objetiva. • Divulgação do boletim de desempenho e do cartão-resposta da prova objetiva.
14/09/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado final da prova objetiva. • Publicação da relação preliminar dos(as) candidato(as) convocados(as) para o teste de aptidão física.
15/09/2026 e 16/09/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Prazo para candidatas gestantes realizar upload do documento comprobatório de gravidez, conforme subitem 8.31 do edital.
21/09/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação da relação final dos(as) candidatos(as) convocados(as) para o teste de aptidão física.

DATA	EVENTO
13/10/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do comunicado que informa o dia, local e horário de realização do teste de aptidão física.
17/10/2026 e 18/10/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Período destinado à realização do teste de aptidão física.
21/10/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado preliminar do teste de aptidão física.
30/10/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado final do teste de aptidão física. • Publicação da relação dos(as) candidato(as) convocados(as) para o curso de formação. • Publicação das orientações gerais para o curso de formação.
05/11/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização do link de acesso à sala remota para a realização do curso de formação.
09/11/2026 a 13/11/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do curso de formação.
19/11/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado preliminar do curso de formação.
27/11/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado final do curso de formação. • Publicação da convocação para os(as) candidatos(as) que concorrerem à reserva de vagas e/ou requererem tempo adicional realizarem o upload da documentação para a avaliação biopsicossocial.
30/11/2026 e 01/12/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Prazo para os(as) candidatos(as) que concorrerem à reserva de vagas e/ou requererem tempo adicional realizarem o upload da documentação para a avaliação biopsicossocial.
08/12/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação da convocação para a avaliação biopsicossocial (presencial ou telemedicina) de candidatos(as) que concorrerem à reserva de vagas e/ou requererem tempo adicional (excepcionalmente nos casos em que houver dúvida quanto à documentação caracterizadora da deficiência). • Divulgação do dia, local e horário de realização da avaliação biopsicossocial (presencial ou telemedicina) de candidatos(as) que concorrerem à reserva de vagas e/ou requererem tempo adicional (excepcionalmente nos casos em que houver dúvida quanto à documentação caracterizadora da deficiência). • Publicação da convocação para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração de candidatos(as) negros(as). • Divulgação do dia, local e horário do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração de candidatos(as) negros(as).
10/12/2026 e 11/12/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Período destinado à realização da avaliação biopsicossocial (presencial ou telemedicina) de candidatos(as) que concorrerem à reserva de vagas e/ou requererem tempo adicional (excepcionalmente nos casos em que houver dúvida quanto à documentação caracterizadora da deficiência). • Período destinado à realização do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração de candidatos(as) negros(as).
16/12/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado preliminar da análise documental caracterizadora da deficiência e/ou avaliação biopsicossocial (presencial ou telemedicina) de candidatos(as) que concorrerem à reserva de vagas e/ou requererem tempo adicional. • Publicação do resultado preliminar do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração de candidatos(as) negros(as).
29/12/2026	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado final da análise documental caracterizadora da deficiência e/ou avaliação biopsicossocial (presencial ou telemedicina) de candidatos(as) que concorrerem à reserva de vagas e/ou requererem tempo adicional. • Publicação do resultado final do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração de candidatos(as) negros(as).
06/01/2027	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado preliminar do concurso público.
13/01/2027	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do resultado final do concurso público.

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026

ANEXO II – QUADRO DE VAGAS

Cargos		Vagas					Carga Horária Semanal	Requisitos	Vencimento
		AC	PcD	N	Total	CR			
Agente Comunitário de Saúde	ESF 03 São Francisco	1	-	-	1	5	40h	Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital*; Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 horas; Ter concluído o ensino médio; Quando não houver candidato inscrito que tenha concluído o ensino médio, poderá ser admitido candidato com nível fundamental, desde que comprove a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos.	R\$3.242,00
	ESF 04 Jardim Brasília	1	-	-	1	5			
	ESF 05 Grupiara	1	-	-	1	5			
	ESF 06 Raizama	1	-	1	2	10			
	ESF 07 Sol Nascente	1	-	1	2	10			
	ESF 08 Maringá	1	-	-	1	5			
	ESF 09 Central	1	-	-	1	5			
	ESF 10 Primavera	1	-	-	1	5			
	ESF 11 Record	1	-	-	1	5			
ESF Azinópolis (Zona Rural)	1	-	-	1	5				
Agente de Combate às Endemias		5	1	2	8	40	40h	Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 horas; Ter concluído o ensino médio; Quando não houver candidato inscrito que tenha concluído o ensino médio, poderá ser admitido candidato com nível fundamental, desde que comprove a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos.	R\$3.242,00
Assistente Social		1	-	1	2	10	30h	Bacharelado em Serviço Social + Registro Profissional. Exige-se, ainda, experiência profissional mínima de 02 (dois) anos de efetivo exercício na área, a ser comprovada mediante a apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social –	R\$2.200,00

Cargos	Vagas					Carga Horária Semanal	Requisitos	Vencimento
	AC	PcD	N	Total	CR			
							CTPS, contratos de prestação de serviços, ou declaração emitida pelo contratante, devidamente assinada, com firma reconhecida, contendo a identificação do período e das atividades desempenhadas.	
Auxiliar de Farmácia	1	-	-	1	5	40h	Ensino Médio Completo.	R\$1.621,00
Auxiliar de Saúde Bucal	1	-	1	2	10	40h	Curso de Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) reconhecido pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO); Registro no Conselho Federal de Odontologia e se inscrever no Conselho Regional de Odontologia em cuja jurisdição exerçam suas atividades.	R\$1.621,00
Educador Físico da Saúde	1	-	-	1	5	40h	Curso de Ensino Superior de Educação Física, na modalidade Bacharelado, registro no Conselho Regional de Educação Física e aprovação no Teste de Avaliação Física-TAF.	R\$1.901,92
Farmacêutico	1	-	-	1	5	30h	Ensino Superior em Farmácia – Pós graduação Lato Sensu na área de atuação.	R\$2.302,00
Médico	1	-	1	2	10	20/40h	Ensino Superior Completo com registro no Conselho Regional de Medicina - CRM	R\$4.000,00 (20h) R\$8.000,00 (40h)
Médico Veterinário	1	-	-	1	5	40h	Bacharelado em Medicina Veterinária e registro profissional	R\$4.000,00
Nutricionista	1	-	-	1	5	30h	Diploma devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em nível superior em Nutrição, fornecido por instituição de ensino	R\$2.071,80

Cargos	Vagas					Carga Horária Semanal	Requisitos	Vencimento
	AC	PcD	N	Total	CR			
							credenciada pelo MEC e registro no órgão de classe competente e Certidão de Nada Consta emitida pelo Conselho Regional de Nutrição.	
Odontólogo	1	-	-	1	5	20/40h	Diploma de Bacharelado em Odontologia, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, com registro ativo no Conselho Regional de Odontologia (CRO). Exige-se, ainda, experiência profissional mínima de 01 (um) ano de efetivo exercício na área, a ser comprovada mediante a apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contratos de prestação de serviços, ou declaração emitida pelo contratante, devidamente assinada, com firma reconhecida, contendo a identificação do período e das atividades desempenhadas.	R\$2.535,78 (20h) R\$5.071,55 (40h)
Pedagogo da Saúde	1	-	-	1	5	40h	Ensino Superior em Pedagogia e Pós graduação Lato Senso na área de atuação.	R\$1.901,92
Psicólogo da Saúde	1	-	-	1	5	40h	Ensino Superior em Psicologia e Registro no Conselho Regional.	R\$1.901,92
Técnico de Enfermagem	4	1	1	6	30	40h	Certificado de Técnico de Enfermagem, Registro no Conselho de Classe e Ensino Médio Completo.	R\$1.621,00**
Terapeuta Ocupacional	1	-	-	1	5	30h	Ensino Superior em Terapia Ocupacional e Registro no Conselho Profissional.	R\$2.092,11

Cargos	Vagas					Carga Horária Semanal	Requisitos	Vencimento
	AC	PcD	N	Total	CR			
Total	31	2	8	41	205			

AC – Ampla Concorrência

PcD – Pessoa com Deficiência

N – Negro(a)

CR – Cadastro Reserva

* Em caso de dúvida quanto ao cumprimento do requisito de residir na área de atuação, poderá ser realizada visita *in loco*.

** O vencimento será composto pelo valor de R\$ 1.621,00, acrescido de complemento.

ATENÇÃO: Os casos de compatibilidade de formações serão analisados individualmente, caso a caso, quando da convocação, momento em que será analisada se a formação do(a) candidato(a) é compatível com o requisito exigido no edital.

ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

ESF	SETORES
São Francisco	Eliton Tavares, Canãa (parte dele) Alfavile, Vila Rica, Bela Vista, São Francisco, Santa Paula (fundo garagem)
Jardim Brasília	Cidade Jardim, Morada do Sol, Santa Rita, Walter Machado, Setor Sul e Jardim Brasília. Jardim Europa, Flamboyant, Residencial Amazonas I e II, Residencial Tocantins I e II Residencial Araguaia I e II, Paranaíba I, II, III e IV.
Grupiara	Morada Nova, Grupiara, Morar Melhor, Nossa Senhora da Piedade (parte dele), Pilão de Pedra e Nova Jerusalém.
Raizama	Raizama, Santa Paula (parte dele), Nossa Senhora da Aparecida, José Bueno de Moraes, Cristal Ville, Nossa Senhora da Piedade (Parte dele), Sete Rancho, Bom Sucesso e Canãa (parte dele).
Sol Nascente	Sol Nascente, Setor Vereda Tropical e Setor Aeroporto. Jardim Goiás, Vila Dornil, Vila Operária, Loteamento Antônio A. Toledo, Setor Santa Luzia, Vila Cavalcante, Setor Aeroporto etapa 2°, Vila Mércia, Vila Moreira, Setor Dom Bosco e Vila João.
Maringá	Setor Nogueira, Vila Dias, Setor Tupaciguara, Setor Universitário, Vila Soares, Vila Gomes, Setor Leste, Setor Gerável, Santa Izabel, Alto da Glória, Jardim Brasília (Uma parte dele), Residencial Marlene Vaz e Setor do Lago (parte dele).
Central	Setor Leste, Vila Cerqueira, Centro, Nossa Senhora da Piedade (Parte dele) e Setor do Lago (parte dele), Setor Oeste, Dom Bosco (parte dele), Vila União (parte dele).
Primavera	Vila Rosa, Setor Planalto, Vila Vera Lucia, Vila Primavera, Setor Bom Jesus, Setor Santa Luzia, Vila União, Bairro das Palmeiras, Vila Marques e Setor Dom Bosco.
Record	Galileia, Vila Record, Vila São José e Vila Barros e Santa Paula (parte dele).
Azinópolis (Zona Rural)	Linda vista, Estreito, Grupelândia, Bom Sucesso, Córrego dos Mineiros, Pioneira, Assentamento Salvador Alede, Assentamento Irmã Dorothy, Paulo Gomes, Padre Josino, toco preto, Agrovila, Fernando Silva, Carpol, Antônio conselheiro, Capelinha São Sebastiao, Chica Vermelha, Samurái e Região Novilha. Azinópolis, Região de São Joaquim, Baica, Berocan, Matão, Samurái, Capelinha do Cruzeiro, Josué de Castro, Água Roxa, Bom Sucesso dos Ludovicos, Arara, Entroncamento de São Miguel, Serrinha e Região do Funil.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CARGOS

Agente Comunitário de Saúde

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal de saúde; Em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública e consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência; A utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural; O detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde; A mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e sociocultural; A realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento: da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério; da lactante, nos seis meses seguintes ao parto; da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura; do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas; da pessoa em sofrimento psíquico; da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas; da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal; dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças; da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças; Realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento: de situações de risco à família; de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde; do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação; O acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (Cras); Assistência multiprofissional em saúde da família, desde que tenham concluído curso técnico e tenham disponíveis os equipamentos adequados, em sua área geográfica de atuação, assistidas por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe: a aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência; a medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência; a aferição de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência; a orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade; a verificação antropométrica; Participação no planejamento e no acompanhamento institucional, social e demográfico; Consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares; Realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela comunidade, de informações obtidas em levantamentos socioepidemiológicos realizados pela equipe de saúde; Participação na elaboração, na implementação, na avaliação e na reprogramação permanente dos planos de ação para o enfrentamento das determinantes do processo saúde-doença; Orientação de indivíduos e de grupos sociais quanto a fluxos, rotinas e ações desenvolvidas no âmbito da atenção básica em saúde; Planejamento, o desenvolvimento e o acompanhamento de ações de saúde; Estímulo à participação da comunidade no acompanhamento e na avaliação de ações locais em saúde; Executar outras atividades afins.

Agente de Combate às Endemias

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal de saúde; Desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde; Realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o Agente Comunitário de Saúde e a equipe de atenção básica; Identificação de casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhamento, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicação do fato à autoridade sanitária responsável; Divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas; Realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças; Cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças; Execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores; Execução de ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças; Registro das informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS; Identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais; Mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores; Participação, desde que assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental: no planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporalmente associados a essas vacinações; na coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas de animais, para seu encaminhamento aos laboratórios responsáveis pela identificação ou diagnóstico de zoonoses de relevância para a saúde pública no Município; na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento adequado das amostras laboratoriais, ou por outras formas preconizadas, realizando a biossegurança segundo normas estabelecidas; na investigação de campo de casos zoonóticos e coletivos de agravos de relevância para a saúde pública; na realização do planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública; na identificação de fatores que condicionam o surgimento de zoonoses e doenças transmitidas por vetores, participando do planejamento, da execução e da avaliação das medidas a serem adotadas para o controle ou erradicação dessas doenças; na execução de ações educativas relativas à prevenção de zoonoses e de doenças transmitidas por vetores; na participação em campanhas de vacinação animal, na programação e na realização de atividades de vigilância sanitária relacionadas a situações que possam implicar risco à saúde de populações humanas; Realização de outras ações de acordo com a sua área de atuação, a base territorial e os serviços de saúde, mediante planejamento e supervisão do gestor municipal de saúde, em consonância com a realidade epidemiológica e as diretrizes do SUS.

Assistente Social

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: Identificar e conhecer a realidade em que vai atuar, mobilizar, organizar e instrumentalizar os grupos demandatários das políticas sociais, visando assegurar a sua participação a nível de decisão, gerência e usufruto; propor medidas para reformulação de políticas sociais vigentes e/ou apresentar e fundamentar a definição de novas políticas sociais; desenvolver pesquisas científicas próprias da área; criar e operacionalizar mecanismos de participação ativa de grupos e movimentos comunitários da sociedade civil, identificando formas alternativas de prestação de serviços e promovendo a participação dos indivíduos enquanto cidadãos; estimular e criar canais de participação popular, no interior dos órgãos públicos e

privados afetos à execução da política social; trabalhar, socialmente, as relações interpessoais, familiares, vivenciais e comunitárias dos funcionários do órgão; desempenhar outras tarefas semelhantes.

Auxiliar de Farmácia

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: Controlar e armazenar medicamentos e materiais hospitalares; atender prescrições médicas e fornecer medicamentos conforme normas e procedimentos estabelecidos; auxiliar no controle de estoque e realizar conferência de entrada e saída de medicamentos; manter atualizados os registros de movimentação; prestar informações ao público quanto ao uso correto de medicamentos; colaborar com os farmacêuticos responsáveis nas rotinas diárias e executar outras atividades afins do cargo.

Auxiliar de Saúde Bucal

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: O profissional deverá organizar e executar atividades de higiene bucal, processar filmes radiográficos e preparar o paciente para o atendimento odontológico. Também é responsável por auxiliar os profissionais da odontologia durante procedimentos clínicos, em diferentes ambientes de trabalho, incluindo ambientes hospitalares, sempre cumprindo as orientações técnicas estabelecidas. Compete ainda manipular materiais odontológicos, selecionar moldeiras, preparar modelos em gesso, registrar dados relacionados ao controle administrativo da saúde bucal e participar da análise dessas informações. Deve executar a limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização de todo o instrumental e equipamentos odontológicos, bem como do ambiente de trabalho. Cabe a esse profissional realizar o acolhimento dos pacientes nos serviços de saúde bucal, aplicar medidas de biossegurança em todas as etapas do armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos. Além disso, deve desenvolver ações de promoção da saúde, prevenção de riscos ambientais e sanitários, realizar em equipe o levantamento das necessidades de saúde bucal da população atendida e adotar medidas de biossegurança orientadas ao controle de infecção.

Educador Físico da Saúde

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: Planejar, coordenar, desenvolver e executar programas de Práticas Corporais/Atividades Físicas, de Educação em Saúde, esportivas e recreativas com os usuários da rede pública de saúde do município, com base nas orientações das Políticas Nacionais de Promoção da Saúde e da Atenção Básica, Diretrizes do Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF) e Recomendações sobre condutas e procedimentos do Profissional de Educação Física na Atenção Básica de Saúde (CONFEF).

Farmacêutico

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: Executar tarefas diversas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos e outros preparados; analisar substâncias, matérias e produtos farmacêuticos acabados; fazer manipulação dos insumos farmacêuticos para atender à produção de remédios e outras funções ligadas à sua área de atuação.

Médico

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar paciente; efetuar exames médicos; solicitar exames laboratoriais; realizar cirurgias; implementar ações para promoção da saúde; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica e desenvolver outras funções ligadas à sua área de atuação.

Médico Veterinário

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: Dar assistência específica à toda e qualquer necessidade relacionada com a atividade em questão, tais como o controle de vacinação em época já determinada pelo Ministério da Saúde Pública. Atendimento à animais que necessitam, envolvendo desde o diagnóstico, até o tratamento final, incluindo o acompanhamento para sanar o problema em si. Fiscalização do matadouro quanto às condições exigidas por lei, no abate dos animais.

Nutricionista

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: Estabelecer normas e diretrizes administrativas dentro do serviço de nutrição; Elaborar avaliação nutricional dos pacientes nos programas diversos da saúde e da educação; Supervisionar o armazenamento, analisar amostras dos produtos de alimentação escolar a serem adquiridos, avaliar os produtos recebidos, bem como elaborar cardápios para alunos de Escolas e Centros de Educação Infantil, a fim de garantir uma alimentação balanceada; Proceder o planejamento e elaboração de cardápios para dietas normais e especiais desde a política de compras, abastecimento, preparo e distribuição; Proceder o cálculo de dietas especiais; Elaborar mapa dietético de acordo com a prescrição médica, patologia, dados pessoais e laboratoriais do paciente; Orientar pacientes e familiares sobre a necessidade da observância da dieta; Fazer avaliação nutricional; Participar de comissões e grupos de trabalho técnico-científicos; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e Executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão e à sua formação universitária pelo currículo.

Odontólogo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: Prestar serviços odontológicos, realizando exames da cavidade oral, efetuando obturações, restaurações, extrações, limpezas dentárias e demais procedimentos necessários ao tratamento, prevenção e promoção da saúde oral, prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo indicadas em Odontologia, aplicar anestesia local, gengival e/ou troncular, para conforto do cliente e facilidade do tratamento; participar de estudos e pesquisas tendo em vista uma padronização tanto no material e equipamento, como das técnicas e métodos usados nos serviços odonto-sanitários; promover programas de prevenção de cárie dentária, principalmente, na infância; promover a educação da clientela: gestantes, nutrízes e escolares, principalmente no que diz respeito à profilaxia dentária e higiene oral; diagnosticar e tratar afecções da boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos para promover e recuperar a saúde bucal em geral; diagnosticar a má oclusão dos dentes, examinando-os por ocasião da consulta ou tratamento, para encaminhar o caso ao especialista em ortodontia; desempenhar outras tarefas semelhantes.

Pedagogo da Saúde

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: Elaborar currículos integrados baseados em competências e habilidades para cursos técnicos na área da saúde; elaborar plano de curso; elaborar material didático e material instrucional; elaborar e avaliar programas de educação na saúde; realizar capacitação do docente; avaliar programas de educação na saúde; executar projetos de educação na saúde, utilizando as diversas metodologias pedagógicas, apropriadas a cada população alvo; participar da elaboração do planejamento municipal das Ações de Vigilância em Saúde - Epidemiológica, Sanitária, Ambiental, Zoonoses, Saúde do Trabalhador; realizar atividades de planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e apoio técnico necessário para o desenvolvimento das ações educativas executadas no campo e nos serviços de saúde; elaborar e executar projetos de educação popular em saúde, utilizando a metodologia significativa baseada em problemas; executar outras atividades determinadas pelos seus superiores hierárquicos, relacionadas ao seu campo de atuação.

Psicólogo da Saúde

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: Participar da elaboração de currículos e programas educacionais; Observar, avaliar e realizar intervenção com crianças e adolescentes elaborando e aplicando técnicas psicológicas e/ou psicopedagógicas para determinar as características afetivas, intelectuais, sensoriais, motoras e/ou de aprendizagem do ser como um todo, como também orientar, organizar e participar de programas que envolvam práticas institucionais colaborando com o processo de ensino-aprendizagem; Supervisionar e acompanhar a execução de programas de reeducação psicopedagógicas: no que se refere às dificuldades de aprendizagem observada nos alunos, ao psicólogo escolar cabe a elucidação das causas, dinâmica e consequência psicológica de tais processos, de cunho emocional ou maturacional; Atuar na orientação de pais em situações em que houver necessidade de acompanhamento e encaminhamento do aluno para outros profissionais, como o Psicólogo Clínico, etc. Orientação, capacitação e treinamento de professores sobre como trabalhar em sala de aula levando em consideração aspectos educacionais implementando a metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual, social e emocional do aluno. Desenvolver orientação vocacional e profissional aplicando sondagem de aptidões a fim de contribuir com a melhor adaptação do aluno no mercado de trabalho e sua consequente autorrealização; Coordenar grupo operativo com família e equipe de profissionais da Escola. Executar oficinas pedagógicas em sala de aula, elaboradas e realizadas em conjunto com professores de acordo com a demanda de cada sala de aula; Trabalhar questões da adaptação dos alunos; Auxiliar na construção e execução de projetos de ordem multidisciplinar realizados na Escola; Atuar como facilitador das relações interpessoais da equipe escolar; Aplicar conhecimentos psicológicos na escola, concernentes ao processo ensino-aprendizagem, em análises e intervenções psicopedagógicas; referentes ao desenvolvimento humano, às relações interpessoais e à integração família-comunidade-escola, para promover o desenvolvimento integral do ser; Analisar as relações existentes entre os diversos segmentos do sistema de ensino e sua repercussão no processo de ensino para auxiliar na elaboração de procedimentos educacionais capazes de atender às necessidades individuais; Trabalhar junto à equipe pedagógica em espaços semanais ou quinzenais de diálogo com os professores (intervenção mediada) a fim de juntos criar novos significados às situações cotidianas de sala de aula, eliminando a possibilidade de estigmatizar os alunos com dificuldade de aprendizagem; Criar espaços de discussão acerca das teorias de aprendizagem em Paradas Pedagógicas, sempre vislumbrando o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e a prática pedagógica; Envolver a família, corresponsável no processo de educação de seus filhos e filhas, a fim de que se possa colher dados acerca do outro sistema direto em que participa o aluno é mais que necessário; Levantar dados acerca das seguintes questões: autonomia x dependência; limites; autoritarismo x autoridade; relacionamento cognitivo e emocional na família, com o refletir sobre a função da dificuldade de aprendizagem neste momento do ciclo de vida familiar, criando estratégias com pais e cuidadores que possibilitem o sucesso escolar da criança; Confrontar família e professor quando necessário, criando um espaço de diálogo franco acerca das dificuldades de todos, não só do aluno, diluindo nos sistemas a “culpa” pelo fracasso escolar; Unir pais e professores no processo educacional das crianças com estratégias cognitivas que contem com a participação de ambas as partes; Diagnóstico e encaminhamento das crianças com suspeita de dificuldades de aprendizagem para especialistas da área; Acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos com dificuldades de aprendizagem; Criação de estratégias psicopedagógicas junto à equipe escolar e professores envolvidos; Ouvir os professores, suas demandas e fazê-los participar em alguns dos atendimentos com as crianças, repensando novas práticas e novo olhares sobre o aluno que chama de “problema”; Participar das reuniões e conselhos de classe, nas quais o psicólogo poderá estabelecer novas maneiras de perceber o processo educacional dos alunos, evitando rótulos, diagnósticos imprecisos e hipóteses únicas e fechadas; Criar espaços para escutar as demandas dos sujeitos da escola e pensar maneiras de lidar com situações que são cotidianas; Criar formas de reflexão em conjunto com todos os sujeitos (alunos, professores e especialistas) para que se possa trabalhar com suas relações e paradigmas; Verificação dos aspectos da escola (relações, cotidiano, organograma, outros), trabalho em equipe (envolvendo reflexão, autocrítica, avaliações, outros) e atividades periféricas (consultoria, pesquisa, abordagens individuais, desenvolvimento organizacional, outras); tendo em vista essencialmente - a eficiência do processo ensino-aprendizagem, a construção de conhecimentos; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Emitir laudos e

pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e Executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão e à sua formação universitária pelo currículo.

Técnico de Enfermagem

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: Assistir ao enfermeiro no planejamento, programação e orientação das atividades de assistência de enfermagem; Preparar o paciente para consultas, exames e tratamento; Executar atividades na prevenção e no controle das doenças transmissíveis e no programa de vigilância epidemiológica; Prestar os primeiros socorros necessários a cada caso, ao nível de sua qualificação; Executar tratamento tais como: ministrar medicamentos, fazer nebulização, curativos e outros segundo prescrição médica; Prestar assistência ao médico e enfermeiro na preparação do paciente para consultas, exames, pequenas intervenções cirúrgicas, etc.; Providenciar a esterilização do instrumental a ser utilizado, mantendo-os sempre em condições de uso imediato; Participar de atividades de educação em saúde junto à comunidade; e Executar outras tarefas afins.

Terapeuta Ocupacional

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DO CARGO: Preparar e executar os programas ocupacionais destinados a pacientes internados em hospitais ou outras instituições, baseando-se nos casos a serem tratados, para propiciar a esses pacientes uma terapêutica que possa desenvolver e aproveitar seu interesse por determinados trabalhos; planejar e desenvolver trabalhos individuais ou em pequenos grupos, tais como: trabalhos criativos, manuais, de mecanografia, horticultura e outros, para possibilitar a redução ou a cura das deficiências do paciente bem como desenvolver as capacidades remanescentes e melhorar seu estado biopsicossocial; orientar e supervisionar a execução de trabalhos terapêuticos, supervisionando os pacientes na execução das tarefas prescritas, para ajudar o desenvolvimento dos programas e propiciar a reabilitação do mesmo; articular-se com profissionais de serviço social, psicologia e outros, para elaboração e execução de programas de assistência e apoio a grupos específicos de pessoas; atender aos pacientes da rede municipal de saúde, avaliando-os e empregando técnicas terapêuticas adequadas, para contribuir no processo de tratamento; orientar, individualmente ou em grupo, os familiares dos pacientes, preparando-os adequadamente para as situações resultantes de enfermidades; reunir informações a respeito de pacientes, levantando dados para fornecer subsídios para diagnóstico e tratamento de enfermidades; -assistir ao servidor e aos usuários da assistência social, com problemas referentes à readaptação ou reabilitação profissional por diminuição da capacidade de trabalho e/ou dificuldades de convivência social; entrar em contato com unidades de serviços da rede de saúde, quando necessário; encaminhar as pessoas atendidas para atividades culturais, sociais, artesanais na comunidade; realizar visita domiciliar; desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

ANEXO III – LAUDO MÉDICO

O laudo médico deverá ser digitalizado e anexado (upload) na página de inscrição, em formato PDF, juntamente com os exames exigidos dentro do prazo previsto no Cronograma do Concurso. Todos os dados solicitados no laudo médico deverão ser rigorosamente preenchidos. O não atendimento às solicitações poderá implicar em prejuízos ao(a) candidato(a).

O(A) candidato(a), _____, portador(a) do documento de identificação, se houver, n° _____, CPF n° _____, telefones _____, foi submetido(a), nesta data, a exame clínico, sendo identificada a existência de deficiência de conformidade com o Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações posteriores; com o art. 5º do Decreto Federal n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004; com a Lei n.º 14.126, de 22 de março de 2021; com o parágrafo 1º da Lei Federal n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista); com o art. 2º da Lei Federal n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, no art. 1º da Lei Federal n.º 14.768, de 22 de dezembro de 2023 (deficiência auditiva) e no art. 1º-C da Lei Federal n.º 15.176, de 23 de julho de 2025 (pessoa com fibromialgia).

Assinale, a seguir, o tipo de deficiência do(a) candidato(a):

DEFICIÊNCIA FÍSICA*

1. <input type="checkbox"/> Paraplegia	6. <input type="checkbox"/> Tetraparesia	11. <input type="checkbox"/> Amputação ou Ausência de Membro
2. <input type="checkbox"/> Paraparesia	7. <input type="checkbox"/> Triplegia	12. <input type="checkbox"/> Paralisia Cerebral
3. <input type="checkbox"/> Monoplegia	8. <input type="checkbox"/> Triparesia	13. <input type="checkbox"/> Membros com deformidade congênita ou adquirida
4. <input type="checkbox"/> Monoparesia	9. <input type="checkbox"/> Hemiplegia	14. <input type="checkbox"/> Ostomias
5. <input type="checkbox"/> Tetraplegia	10. <input type="checkbox"/> Hemiparesia	15. <input type="checkbox"/> Nanismo

*Exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA: perda unilateral total ou perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma, nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

DEFICIÊNCIA VISUAL

- Cegueira** - acuidade visual igual ou menor que 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica.
- Baixa visão** - acuidade visual entre 0,3 (20/66) e 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica.
- Visão monocular** - visão normal em um olho e cegueira no olho contralateral com acuidade visual igual ou menor que 0,05 (20/400), com a melhor correção óptica.
- Campo visual** - em ambos os olhos forem iguais ou menores que 60º.
- A ocorrência simultânea de quaisquer das situações anteriores.**

DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL* funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. <input type="checkbox"/> Comunicação	3. <input type="checkbox"/> Habilidades sociais	5. <input type="checkbox"/> Saúde e segurança	7. <input type="checkbox"/> Lazer
2. <input type="checkbox"/> Cuidado pessoal	4. <input type="checkbox"/> Utilização dos recursos da comunidade	6. <input type="checkbox"/> Habilidades acadêmicas	8. <input type="checkbox"/> Trabalho

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA* associação de duas ou mais deficiências: _____

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA* deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

FIBROMIALGIA* é considerada pessoa com fibromialgia aquela que, avaliada por médico, preencha os requisitos estipulados pela Sociedade Brasileira de Reumatologia ou órgão que a venha substituir.

_____ (cidade), ____ / ____ / ____.

Assinatura, carimbo e CRM do(a) médico(a)

I – CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID 11): _____

II - DESCRIÇÃO DETALHADA DA DEFICIÊNCIA o(a) médico(a) deverá descrever a espécie e o grau ou o nível da deficiência, bem como a sua provável causa, com letra legível, com expressa referência ao código correspondente da CID 11):

III - TEMPO ADICIONAL (se, em razão de deficiência, de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e/ou de Dislexia, o(a) candidato(a) necessitar de tempo adicional para fazer a prova, o(a) médico(a) ou profissional especializado(a) deverá expressar claramente, abaixo, essa informação, com a respectiva justificativa).

IV - CORREÇÃO DIFERENCIADA (se, em razão de deficiência auditiva, de Dislexia, de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e/ou de Transtorno do Espectro Autista (TEA), o(a) candidato(a) necessitar de correção diferenciada da prova de redação/discursiva, o(a) médico(a) ou profissional especializado(a) deverá expressar claramente, abaixo, essa informação, com a respectiva justificativa).

_____ (cidade), ____/____/____.

Assinatura, carimbo e CRM do(a) médico(a)

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos de diferentes tipos e finalidades (notícia, crônica, tirinha, propaganda, bilhete). 2. Identificação de ideias principais e secundárias em textos curtos. 3. Uso adequado da linguagem verbal e não verbal. 4. Ortografia oficial e acentuação gráfica. 5. Pontuação e emprego correto das letras maiúsculas e minúsculas. 6. Emprego das classes gramaticais em situações cotidianas: substantivo, adjetivo, verbo e pronome. 7. Concordância nominal e verbal em contextos simples. 8. Sinônimos e antônimos. 9. Sentido próprio e figurado das palavras.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. Operações fundamentais com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; problemas envolvendo as quatro operações. 2. Noções básicas de frações e números decimais: leitura e escrita de frações, operações com frações simples, números decimais e operações básicas. 3. Conceito básico de múltiplos e divisores e critérios de divisibilidade. 4. Regra de três simples e cálculo de porcentagem em situações cotidianas. 5. Medidas de tempo, comprimento, massa e capacidade. 6. Leitura e interpretação de tabelas e gráficos simples. 7. Resolução de problemas do dia a dia envolvendo raciocínio lógico e cálculo.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E MUNICÍPIO DE PORANGATU

1. Cidadania, desigualdade social, pobreza, fome e direitos humanos. 2. Saneamento básico, vacinação, prevenção de doenças. 3. Mudanças climáticas e impactos ambientais. 4. Arte, cultura e festas populares na região Centro-Oeste brasileira. 5. Formação territorial do estado de Goiás e do município de Porangatu. 6. Agricultura em Goiás e crescimento das cidades: relações entre campo e cidade. 7. Natureza, cultura e turismo em Goiás. 8. Aspectos históricos e geográficos do município de Porangatu.

ENSINO MÉDIO/TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados. 2. Compreensão e interpretação de textos. 3. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica. 4. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto. 5. Mecanismos de coesão e coerência. 6. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva e expositiva. 7. Tipos de argumento. 8. Classificação gramatical. 9. Gramática normativa. 10. Processo de formação de palavras. 11. Fenômenos gramaticais básicos. 12. Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração. 13. Concordância e regência verbal e nominal. 14. Pontuação e acentuação. 15. Ortografia oficial.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico: problemas envolvendo dedução, estruturas lógicas, argumentação, verdadeiro e falso e problemas com diagramas lógicos. 2. Sequências e padrões: sequências lógicas e numéricas, progressões aritméticas simples e identificação de padrões lógicos e numéricos. 3. Proporcionalidade e relações entre grandezas diretamente e inversamente proporcionais. 4. Regra de três simples e composta. 5. Porcentagem: aumentos, descontos e variações percentuais. 6. Matemática financeira básica: juros simples, cálculo de capital, taxa, tempo e montante. 7. Análise de dados: leitura e interpretação de tabelas, gráficos (barras, colunas e setores) e média aritmética simples. 8. Lógica proposicional: proposições, conectivos lógicos, tabelas-verdade, equivalências lógicas simples e negação de proposições.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE PORANGATU

1. Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos. 2. Emergências de saúde, surtos e epidemias. 3. Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais, mudanças climáticas e políticas ambientais. 4. Arte, cultura e patrimônio na região Centro-Oeste brasileira. 5. Formação histórico-territorial de Goiás e de Porangatu. 6. Política, economia e sociedade em Goiás: da Colônia à República. 7. Modernização da agricultura e urbanização do território de Goiás. 8. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo. 9. Natureza, cultura e turismo em Goiás. 10. Aspectos histórico-geográficos de Porangatu.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

1. Conceitos, princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; direitos dos usuários do SUS; políticas públicas de saúde; Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Vigilância em Saúde; Redes de Atenção à Saúde; organização dos serviços de saúde; intersetorialidade. 2. Atenção à saúde e níveis de assistência; Estratégia de Saúde da Família; integralidade do cuidado; humanização da atenção; trabalho em equipe multiprofissional. 3. Identificação, acolhimento e acompanhamento de indivíduos, famílias e grupos sociais; ações voltadas à criança, adolescente, adulto, idoso e grupos vulneráveis; educação e comunicação em saúde; ações educativas na prevenção e controle de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis; saúde bucal no contexto da Atenção Básica. 4. Noções de epidemiologia; vigilância epidemiológica; monitoramento e avaliação de indicadores de saúde; prevenção de doenças transmissíveis e não transmissíveis; notificação e investigação de doenças e agravos de notificação compulsória; Programa Nacional de Imunizações. 5. Vigilância ambiental em saúde; saneamento básico; qualidade da água, do ar e dos alimentos para consumo humano; ciclos dos agentes etiológicos; controle de vetores; noções sobre desastres e seus impactos na saúde. 6. Sistema e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB); noções de geoprocessamento em saúde; territorialização; Lei Orgânica do Município de Porangatu (Capítulo IV do título VI – saúde e assistência social); atos de improbidade administrativa aplicados ao cargo (Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021).

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

1. Noções de epidemiologia; monitoramento e avaliação de indicadores de saúde; ciclos dos agentes etiológicos. 2. Fundamentos da vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador; vigilância epidemiológica: conceitos e objetivos; doenças de notificação compulsória (conceito e importância). 3. Investigação, assistência e monitoramento de doenças e agravos de notificação compulsória; dengue, zika, chikungunya, febre amarela, malária, tracoma, esquistossomose, sarampo, leptospirose, hantavirose, infecção pelo H1N1 e coronavírus, tuberculose, hanseníase; Programa Nacional de Imunizações. 4. Vigilância ambiental em saúde; saneamento básico; qualidade do ar, da água, do solo e dos alimentos para consumo humano; avaliação de risco ambiental. 5. Aspectos biológicos do vetor de arboviroses; transmissão; ciclo de vida (ovo, larva, pupa e habitat); medidas de controle mecânico e químico; área de risco; controle de vetores; vigilância e controle de zoonoses; combate a animais peçonhentos. 6. Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Vigilância em Saúde; Redes de Atenção à Saúde; organização da atenção à saúde; intersetorialidade; territorialização; noções de geoprocessamento em saúde; Lei Orgânica do município de Porangatu (Capítulo IV do título VI – saúde e assistência social); atos de improbidade administrativa aplicados ao cargo (Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021).

AUXILIAR DE FARMÁCIA

1. Noções de organização e funcionamento de farmácia; noções de administração de farmácia hospitalar; sistemas de distribuição de medicamentos. 2. Gestão de almoxarifado; controle de estoques de medicamentos e produtos para a saúde; recebimento, armazenamento e conservação de medicamentos e produtos para a saúde; aspectos legais e técnicos relacionados a medicamentos sujeitos a controle especial. 3. Noções de higiene e segurança no trabalho; biossegurança em farmácias e estabelecimentos de saúde; legislação e normas aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. 4. Noções de saúde pública; epidemiologia e vigilância em saúde; Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e legislação básica; Política Nacional de Medicamentos;

Política Nacional de Assistência Farmacêutica. **5.** Noções básicas de farmacologia; farmacotécnica; formas farmacêuticas; vias de administração de medicamentos; aspectos legais e técnicos relacionados à prescrição de medicamentos. **6.** Lei Orgânica do Município de Porangatu (Capítulo IV do título VI – saúde e assistência social); atos de improbidade administrativa aplicados ao cargo (Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021).

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1. Políticas públicas de saúde; Constituição Federal de 1988 (arts. 196 a 200); Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e legislação básica; Política Nacional de Saúde; Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Humanização. **2.** Organização dos serviços de saúde; níveis de atenção à saúde (atenção primária, secundária e terciária); mecanismos de referência e contrarreferência; Estratégia de Saúde da Família. **3.** Promoção da saúde; educação em saúde; prevenção e controle de doenças e agravos; vigilância em saúde; Programa Nacional de Imunizações. **4.** Biossegurança; infecções relacionadas à assistência à saúde e na comunidade; limpeza, desinfecção e esterilização de produtos para a saúde; desinfecção de superfícies; higiene das mãos; uso de equipamentos de proteção individual e coletiva; acidentes com material biológico; gerenciamento de resíduos de serviços de saúde; precauções padrão e de isolamento; técnicas de assepsia e antisepsia. **5.** Noções de anatomia, fisiologia, nutrição, farmacologia, microbiologia e parasitologia; procedimentos de enfermagem: curativos, cuidados com drenos, administração de medicamentos e vacinas, nebulização, sondagens (gástrica, nasogástrica e vesical), mensuração antropométrica e verificação de sinais vitais; suporte básico de vida. **6.** Lei Orgânica do Município de Porangatu (Capítulo IV do título VI – saúde e assistência social); atos de improbidade administrativa aplicados ao cargo (Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021).

ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS COMUNS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Características e funcionalidades de diferentes gêneros e tipologias textuais. **2.** Interpretação textual de diferentes gêneros e tipologias textuais. **3.** Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ambiguidade, citação, inferência e pressuposto. **4.** Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade). **5.** Progressão temática em textos. **6.** Tipologias textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal. **7.** Elementos de sequenciação textual: referência, substituição, repetição, conectores e outros elementos. **8.** Tipos de argumento. **9.** Figuras de linguagem. **10.** Fenômenos linguísticos. **11.** Gramática normativa. **12.** Classificação gramatical. **13.** Morfologia. **14.** Análise morfossintática. **15.** Concordância verbal e nominal. **16.** Regência verbal e nominal. **17.** Colocação pronominal. **18.** Pontuação. **19.** Ortografia oficial.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. Estruturas lógicas: proposições, conectivos e proposições simples e compostas. **2.** Tabelas-verdade. **3.** Tautologia, contradição e contingência. **4.** Equivalências lógicas. **5.** Negações de proposições e Leis de De Morgan. **6.** Lógica de argumentação: argumentos, validade e noções de falácias. **7.** Conjuntos numéricos e subconjuntos. **8.** Operações com conjuntos: união, interseção e diferença. **9.** Sequências lógicas, padrões e regularidades. **10.** Problemas de raciocínio lógico envolvendo análise de situações e interpretação de informações. **11.** Razão, proporção e grandezas proporcionais. **12.** Regra de três simples e composta. **13.** Porcentagem e variação percentual. **14.** Juros simples e juros compostos. **15.** Noções de Estatística: leitura e interpretação de tabelas e gráficos. **16.** Medidas de tendência central: média aritmética, média ponderada, moda e mediana.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE PORANGATU

1. Conflitos sociais, desigualdades socioeconômicas, segurança alimentar e sistemas nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos. **2.** Emergências em saúde pública: fundamentos de epidemiologia, gestão de crises sanitárias, políticas públicas de saúde e organização do Sistema Único de Saúde (SUS). **3.** Meio ambiente e sustentabilidade: mudanças climáticas, desastres socioambientais, instrumentos de gestão e políticas ambientais no Brasil. **4.** Arte, cultura e patrimônio no Centro-Oeste brasileiro: processos históricos de formação cultural, identidade regional e políticas de preservação. **5.** Formação histórico-territorial de Goiás

e de Porangatu: ocupação, territorialização, dinâmicas econômicas e transformações socioespaciais. **6.** Política, economia e sociedade em Goiás: processos históricos da Colônia à República, modernização econômica e reconfigurações sociais. **7.** Estrutura político-administrativa do Estado de Goiás: organização dos Poderes, competências constitucionais, federalismo e gestão pública estadual. **8.** Modernização da agricultura, agronegócio e urbanização em Goiás: impactos socioeconômicos e reestruturação do espaço regional. **9.** Aspectos físicos do território goiano: análise integrada de clima, relevo, hidrografia e vegetação na organização do espaço geográfico. **10.** Natureza, cultura e turismo em Goiás: potencialidades econômicas, planejamento territorial e desenvolvimento regional. **11.** Aspectos histórico-geográficos de Porangatu: formação urbana, dinâmicas econômicas e inserção regional.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Sistema Operacional (Windows 10 e 11): Conceitos e funcionalidades; área de trabalho; gerenciamento de janelas; manipulação de arquivos e pastas; operações com arquivos (copiar, mover, renomear e excluir); atalhos de teclado; gerenciador de tarefas; configurações do sistema; painel de controle; ferramentas de solução de problemas; instalação, desinstalação e configuração de programas; aplicativos nativos do sistema. **2.** Processadores de texto, planilhas eletrônicas e apresentações (Microsoft Office – Word, Excel e PowerPoint – e suítes equivalentes livres); edição e formatação de textos; inserção de tabelas; mala direta; funções e fórmulas básicas; elaboração de gráficos; criação e edição de apresentações; transições e animações; noções de softwares proprietários e livres. **3.** Navegadores de internet; mecanismos de busca; serviços online; armazenamento em nuvem; noções de uso de aplicativos de comunicação e colaboração. **4.** Serviços de correio eletrônico; envio, recebimento e gerenciamento de mensagens; uso de anexos; organização de caixa de entrada; boas práticas no uso de e-mail corporativo; etiqueta digital. **5.** Compactação e extração de arquivos; procedimentos de backup; gerenciamento de impressão; organização, armazenamento e recuperação de dados. **6.** Noções de segurança da informação; proteção de dados; riscos no ambiente digital; boas práticas de uso seguro de sistemas, aplicativos e internet.

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO DA SAÚDE (Para os Cargos do Quadro)

1. Ética no serviço público; lei orgânica do município de Porangatu, com suas alterações: Capítulo IV do título VI – Da saúde e assistência social; atos de improbidade administrativa aplicados à área da saúde (Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021). **2.** Direito à saúde como direito social; princípios constitucionais da saúde; organização das ações e serviços de saúde; competências da União, dos Estados e dos Municípios conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **3.** Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; universalidade, integralidade e equidade; descentralização, regionalização e hierarquização dos serviços; organização e funcionamento do sistema conforme a Lei nº 8.080/1990. **4.** Gestão participativa; conferências de saúde; conselhos de saúde; participação da comunidade na formulação e controle das políticas públicas de saúde conforme a Lei nº 8.142/1990. **5.** Política Nacional de Atenção Básica; organização da Atenção Primária à Saúde; redes de atenção à saúde; promoção, prevenção e vigilância em saúde; políticas estratégicas do Ministério da Saúde, conforme a Portaria nº 2.436/2017. **6.** Vigilância epidemiológica; vigilância sanitária; vigilância ambiental; vigilância da saúde do trabalhador; ações de prevenção, controle de doenças e promoção da saúde. **7.** Financiamento do SUS; planejamento e gestão em saúde; regionalização e organização da rede de serviços; pactuação interfederativa; instrumentos de planejamento e gestão em saúde, conforme a Lei Complementar nº 141/2012 e o Decreto nº 7.508/2011. **8.** Direitos e deveres dos usuários do sistema de saúde; humanização da assistência; ética na saúde; responsabilidade profissional; legislação sanitária e normas regulatórias aplicadas aos serviços de saúde, conforme a Portaria nº 1.820/2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSISTENTE SOCIAL

1. Crise contemporânea do capital; transformações societárias; mudanças no papel do Estado; relação Estado e sociedade. **2.** Políticas sociais públicas; direitos sociais; organização e implementação das políticas públicas. **3.** Seguridade Social brasileira (conceito, organização e objetivos – art. 194 da CF/88); sistemas de proteção social; experiências históricas de proteção social. **4.** Diversidade e políticas de ação afirmativa; racismo, sexismo, capacitismo; desigualdades sociais. **5.** Conservadorismo, neoconservadorismo e lutas sociais na contemporaneidade; movimentos sociais. **6.** Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social;

projeto ético-político; desafios e tendências contemporâneas. 7. Espaços sócio-ocupacionais do assistente social. 8. Planejamento estratégico; elaboração de planos, programas e projetos sociais; propostas de intervenção; avaliação e monitoramento. 9. Código de Ética do/a Assistente Social; Lei nº 8.662/1993; ECA (arts. 86 a 93); Política Nacional do Idoso; política da pessoa com deficiência; Lei Maria da Penha.

EDUCADOR FÍSICO DA SAÚDE

1. Fundamentos legais, limites e desafios das políticas públicas de saúde; Sistema Único de Saúde (SUS); inserção da Educação Física; organização das ações em saúde pública. 2. Política Nacional de Promoção da Saúde; Programa Academia da Saúde; ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. 3. Avaliação cineantropométrica; biomecânica; avaliação motora e funcional; avaliação psicofisiológica; análise da composição corporal. 4. Avaliação, diagnóstico e intervenção nos distúrbios físicos e de motricidade em crianças, adolescentes, adultos e idosos. 5. Práticas corporais e atividade física voltadas à promoção, prevenção e recuperação da saúde. 6. Atuação com idosos, jovens e pessoas com deficiência; saúde do trabalhador. 7. Promoção do lazer ativo; bem-estar psicossocial; relações socioculturais. 8. Doenças crônicas não transmissíveis; Política Nacional de Saúde Mental; Política Nacional sobre Drogas; políticas voltadas à criança, pessoa idosa, pessoa com deficiência e trabalhador. 9. Código de Ética Profissional do Sistema CONFEF/CREFs (Resolução CONFEF nº 508/2023).

FARMACÊUTICO

1. Ciências farmacêuticas no SUS; gestão em saúde e gestão do SUS; níveis de atenção à saúde. 2. Estratégia de Saúde da Família; Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); humanização em saúde. 3. Saúde pública; epidemiologia; promoção da saúde; práticas integrativas e complementares em saúde. 4. Assistência farmacêutica no SUS; atenção farmacêutica no processo do cuidado. 5. Política Nacional de Medicamentos; Política Nacional de Assistência Farmacêutica. 6. Farmacologia geral e específica; absorção, distribuição, metabolismo e excreção de fármacos; farmacocinética; mecanismos de ação; fatores que interferem na resposta terapêutica; biodisponibilidade e bioequivalência. 7. Farmacotécnica; manipulação e preparo de medicamentos (inclusive estéreis); estrutura e rotinas de farmácias; sistemas de distribuição; avaliação da prescrição; cálculos farmacêuticos. 8. Avaliação de tecnologias em saúde; economia da saúde e farmacoeconomia; vigilância em saúde; biossegurança; gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. 9. Código de Ética Farmacêutica; fiscalização das atividades farmacêuticas.

MÉDICO

1. Reanimação cardiopulmonar; trauma; reposição volêmica e sanguínea; farmacologia aplicada às urgências; procedimentos básicos; transporte médico em situações de urgência; acidentes por animais peçonhentos. 2. Insuficiência coronariana; hipertensão arterial sistêmica; insuficiência cardíaca. 3. Insuficiência respiratória; doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). 4. Noções de fisiologia cardiopulmonar aplicadas à prática clínica. 5. Distúrbios hidroeletrólíticos; distúrbios ácido-básicos; insuficiência renal. 6. Urgências neurológicas; urgências psiquiátricas. 7. Infecções comunitárias; antibioticoterapia; doenças prevalentes na população idosa. 8. Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018).

MÉDICO VETERINÁRIO

1. Exercício da profissão de médico-veterinário (Lei nº 5.517/1968 e Decreto nº 64.704/1969); bioética; bem-estar animal; riscos e doenças ocupacionais. 2. Epidemiologia geral; cadeia de transmissão; processo epidêmico; vigilância em saúde; doenças de notificação compulsória. 3. Medidas de controle e erradicação de enfermidades; atuação em saúde pública; gerenciamento de resíduos de serviços de saúde veterinária. 4. Principais zoonoses infecciosas e parasitárias: classificação, etiologia, epidemiologia, diagnóstico, prevenção e controle. 5. Coleta, acondicionamento e remessa de amostras; interpretação de exames laboratoriais; biossegurança (RDC nº 222/2018 e NR-32); esterilização e desinfecção. 6. Parasitologia, imunologia, anatomia patológica e etologia aplicadas à assistência à saúde animal. 7. Bem-estar animal; principais patologias em cães e gatos, especialmente em alojamentos coletivos. 8. Biologia e controle de animais sinantrópicos; fauna de interesse em saúde pública; manejo integrado. 9. Quirópteros; roedores urbanos; abelhas (*Apis mellifera*); aranhas e escorpiões; culicídeos (*Aedes aegypti*, *Aedes albopictus*, *Culex quinquefasciatus*); carrapatos; pombos.

NUTRICIONISTA

1. Nutrição em saúde pública; ações básicas de saúde; promoção da saúde e da alimentação saudável; Estratégia de Saúde da Família; atuação do nutricionista no Sistema Único de Saúde (SUS); trabalho em equipes

multiprofissionais; terapia nutricional. **2.** Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Direito Humano à Alimentação Adequada; Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN (Lei nº 11.346/2006); situações de insegurança alimentar e nutricional; Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014). **3.** Transição nutricional, epidemiológica e demográfica no Brasil; monitoramento da situação alimentar e nutricional; inquéritos e pesquisas nacionais em nutrição e saúde: Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN), Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF). **4.** Avaliação nutricional nos diferentes ciclos da vida; métodos antropométricos e bioquímicos; diagnóstico nutricional em nível ambulatorial, hospitalar e comunitário. **5.** Atenção nutricional em populações e grupos populacionais; doenças crônicas não transmissíveis; doenças infectocontagiosas; distúrbios nutricionais (obesidade, desnutrição, anemias nutricionais e hipovitaminoses); intervenção dietética nos diferentes ciclos de vida. **6.** Regulamentação da profissão de nutricionista (Lei nº 8.234/1991 e Resolução CFN nº 600/2018 e suas alterações); Código de Ética do Nutricionista.

ODONTÓLOGO

1. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e diretrizes; organização dos serviços de saúde; níveis de atenção; regionalização e hierarquização; humanização em saúde; participação social; políticas públicas de saúde bucal; Estratégia de Saúde da Família (ESF) e equipes de Saúde Bucal; atuação do cirurgião-dentista na Atenção Básica. **2.** Epidemiologia em saúde bucal; indicadores de saúde; levantamentos epidemiológicos; vigilância em saúde; promoção e prevenção em saúde bucal; educação em saúde; políticas de promoção da saúde. **3.** Diagnóstico, planejamento e tratamento; anamnese e exame clínico; semiologia oral; biossegurança; controle de infecção; urgências e emergências em odontologia; farmacologia aplicada à odontologia; prescrição medicamentosa. **4.** Cárie dentária: etiologia, prevenção e tratamento; restaurações diretas e indiretas; sistemas adesivos; materiais restauradores; princípios de estética dental. **5.** Endodontia: diagnóstico, tratamento de canais radiculares, urgências endodônticas. Periodontia: doenças periodontais, diagnóstico, prevenção e tratamento. **6.** Exodontias; cirurgia oral menor; princípios de traumatologia; manejo de infecções odontogênicas; complicações cirúrgicas. **7.** Atendimento odontológico infantil; desenvolvimento da dentição; prevenção e tratamento em crianças; manejo comportamental; atendimento a pacientes com necessidades especiais. **8.** Próteses dentárias; oclusão; reabilitação oral; planejamento protético; manutenção e acompanhamento. **9.** Código de Ética Odontológica; exercício profissional; responsabilidade civil e penal; legislação aplicada à odontologia (Lei nº 5.081/1966, Resolução CFO nº 118/2012, ANVISA / NR-32).

PEDAGOGO DA SAÚDE

1. História da educação brasileira; reformas educacionais; estrutura e organização da educação no Brasil. **2.** Educação na Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). **3.** Políticas públicas educacionais. **4.** Políticas de avaliação da educação nacional; Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs); Base Nacional Comum Curricular (BNCC); currículo por competências e habilidades (elaboração, implementação e avaliação). **5.** Educação inclusiva; educação não escolar; serviço público, direitos dos cidadãos e responsabilidade social. **6.** Educação em saúde: princípios, estratégias e metodologias; promoção da saúde; educação sociocomunitária; Lei nº 8.080/1990. **7.** Abordagens comportamental e psicanalítica; desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor; implicações no ensino-aprendizagem; psicopedagogia e recuperação da aprendizagem. **8.** Planejamento e desenvolvimento de projetos pedagógicos e instrucionais; metodologia de pesquisa social aplicada à educação. **9.** Tecnologias educacionais; ambientes virtuais de aprendizagem (AVA).

PSICÓLOGO DA SAÚDE

1. Código de Ética Profissional do Psicólogo; Lei nº 4.119/1962; Decreto nº 53.464/1964. **2.** Processos de avaliação psicológica; psicodiagnóstico; estudo de caso; técnicas de avaliação. **3.** Critérios de seleção, aplicação, análise e interpretação de instrumentos; elaboração de laudos, pareceres e relatórios. **4.** Psicanálise (Freud, Melanie Klein, Winnicott, Lacan); terapia cognitivo-comportamental (Skinner, Beck); humanista-existencial (Rogers, Perls); sócio-histórica (Vigotski, Luria); psicodrama (Moreno); abordagem sistêmica. **5.** Psicoterapia individual, grupal, de casal e familiar. **6.** Atuação do psicólogo na educação; supervisão, orientação e avaliação do processo de ensino-aprendizagem; contexto educacional municipal; estratégias de socialização; atuação em equipes interdisciplinares. **7.** Crises, emergências e catástrofes; suicídio; automutilação; terminalidade, morte e luto; sexualidade e prevenção às IST/HIV; violência contra grupos vulneráveis; acolhimento, encaminhamento e notificação. **8.** Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **9.** Planejamento

estratégico; elaboração de projetos, programas e ações no contexto escolar e comunitário.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

1. Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional (Resolução COFFITO nº 425/2013); Lei nº 6.316/1975.
2. Atuação na Atenção Básica; atribuições e competências no SUS; atuação nos NASF-AB.
3. Articulação intersetorial; integração com políticas públicas.
4. Fundamentos teórico-metodológicos; novas tendências; cotidiano e práticas ocupacionais; abordagens comunitárias e territoriais.
5. Atuação na Reforma Psiquiátrica; atenção psicossocial; reabilitação psicossocial e comunitária; promoção da autonomia.
6. Atuação com crianças com transtornos do desenvolvimento e deficiências; vigilância do desenvolvimento infantil; intervenção precoce.
7. Atuação com populações em situação de vulnerabilidade; reabilitação baseada na comunidade; inclusão social.
8. Estratégias voltadas à funcionalidade, autonomia e participação ocupacional no território.

Observação: a legislação com vigência após a data de publicação do Edital bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

ANEXO V – ATESTADO MÉDICO PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF)

Atesto, para os devidos fins, que _____,
(Nome completo do(a) candidato(a))
Inscrição nº _____, CPF nº _____, documento
de identidade nº _____, órgão expedidor _____ goza de
boas condições CARDIORRESPIRATÓRIAS, estando **APTO(A)** a realizar os exercícios de Flexão de
Braços, Abdominal Remador e Corrida, exigidos no Teste de Aptidão Física (TAF) para o Concurso
Público da Prefeitura Municipal de Porangatu/GO.

_____, _____ de _____ de _____.

Carimbo e assinatura do(a) médico(a)

Número do CRM do(a) médico(a)

ATENÇÃO CANDIDATO(A): Levar no dia do TAF este Atestado Médico e o Teste Ergométrico (Teste de Esforço) com laudo emitido e assinado por um(a) médico(a). Somente serão aceitos atestado médico e Teste de Esforço Ergométrico originais e emitidos com data de até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores à realização do TAF.